

Quem disse ?

«A teologia neoliberal colocou o mercado acima da pátria»

Manuel Alegre
Expresso, 3 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1027 8 JULHO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Escolha do novo aeroporto

Menores prejuízos ambientais na Ota

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, defendeu terça-feira que a opção pela construção do novo aeroporto internacional na Ota é aquela que terá menores custos ambientais para o País. A posição de Elisa Ferreira foi anunciada durante uma sessão em que também esteve presente o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho.

Na mesma cerimónia, João Cravinho adiantou que falta ainda conhecer qual o parecer de outra entidade (aeroporto de Paris) para que o seu gabinete elabore uma proposta definitiva sobre a localização do novo aeroporto. Essa proposta, de acordo com o membro do Governo, em princípio, deverá ser sujeita a apreciação pelo Conselho de Ministros até ao final do corrente mês.

A fragilidade dos aquíferos, a existência de um vasto montado de sobre, a abundante avifauna e o perigo de colisão com aeronaves foram alguns dos factores que colocaram em desvantagem Rio Frio em relação à Ota, do ponto de vista ambiental. Segundo a ministra do Ambiente, se o novo aeroporto fosse construído em Rio Frio, os impactos gerados seriam «não minimizáveis, irreversíveis e não compensáveis». Para preferir Rio Frio, esteve também em questão o facto de esta zona ter uma fragilidade derivada dos lençóis freáticos da Península de Setúbal. Estes lençóis freáticos são os maiores da Península Ibérica. Ainda em defesa da posição assumida pela ministra do Ambiente, João Cravinho lembrou que «é lógico pensar no primado do desenvolvimento sustentável face aos princípios de ordem financeira».

Os custos da construção do novo aeroporto internacional deverão rondar os 300 milhões de contos, o que levou o ministro do Equipamento a concluir estar perante «o investimento mais importante da presente legislatura».

PS define linhas do programa de Governo UMA GERAÇÃO PARA PORTUGAL RECUPERAR O ATRASO FACE À EUROPA

Na última legislatura, o Governo criou condições para que Portugal tenha crescido 50 por cento acima da média europeia e para que o emprego tenha crescido três vezes mais do que a média europeia. Também nos últimos quatro anos, o Governo passou a combater de forma decisiva o fenómeno da pobreza e da exclusão social, ao mesmo tempo que garantiu o indispensável rigor macroeconómico para integrar o primeiro pelotão da moeda única europeia. Para o futuro, a grande meta dos socialistas passará por ultrapassar no espaço de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa do centro da União Europeia, o que corresponde a uma aposta geracional para conferir às jovens gerações condições sociais, económicas e culturais que lhes permitam aspirar a ganhar os grandes desafios do próximo século.



Sociedade & País

Sociedade & País

Guterres afirma Prioridade é agora a inserção



O primeiro-ministro congratulou-se no passado dia 1 de Julho pelo facto do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) ter ganho maturidade nos dois anos de generalização, adiantando que «a prioridade máxima a partir deste momento está na inserção». Classificando de notável o número (80 mil) de pessoas que tendo recorrido ao programa «já deixaram de precisar do RMG», António Guterres defendeu a necessidade do mesmo acontecer com muitos mais beneficiários.

Ambiente Portugal está melhor



A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, garantiu, no dia 30 de Junho, no Porto, que a taxa de saneamento em Portugal passou nos últimos quatro anos de 21 por cento para 55 por cento, com uma capacidade instalada de 70 por cento. Elisa Ferreira, que falava no encerramento de um ciclo promovido pela edilidade portuguesa sobre ambiente e desenvolvimento, fez o balanço dos investimentos promovidos pelo Governo socialista neste sector e lançou críticas veladas à anterior gestão do dossier ambiental.



Guterres apresenta linhas do Programa do Governo

Na Convenção realizada no passado sábado, que encheu por completo o Coliseu dos Recreios de Lisboa, António Guterres apresentou uma proclamação de 21 pontos que sistematizam os valores, princípios e orientações que considerou essenciais serem incorporados no Programa de Governo do PS e da Nova Maioria.

Durante a Convenção Nacional, mais de uma centena de personalidades ligadas a diferentes áreas como a cultura, o desporto, a ciência e a economia manifestaram o seu apoio ao Partido Socialista e a uma nova vitória nas próximas eleições legislativas. Apesar da maioria das intervenções incidirem sobre a avaliação do actual Executivo, foram ainda lançadas importantes pistas para o futuro e identificados os principais desafios de Portugal para os próximos anos.

Neste contexto, Guterres convidou as elites do país a se unirem ao PS e à Nova Maioria para, em conjunto, vencerem os atrasos estruturais que ainda subsistem em Portugal.

Tendo por objectivo a mobilização de sectores cada vez mais alargados da nossa sociedade, António Guterres apresentou um novo desígnio para a próxima legislatura: garantir a Portugal e aos portugueses, no prazo de uma geração, o nível de vida médio da União Europeia. Para isso, Portugal precisa de continuar a construir uma economia moderna e competitiva ao serviço do desenvolvimento e do emprego.

O emprego ao tornar-se o objectivo central da política económica - emprego mais qualificado, melhor remunerado, mais sustentado -, significa, uma vez atingida a estabilidade macroeconómica que importa consolidar, uma forte aposta nas políticas do lado da oferta tendo em vista aumentar a taxa potencial de crescimento e produtividade, paralelamente à manutenção de uma gestão de rigor financeiro e consciência social.

Por isso, António Guterres, no documento que distribuiu aos participantes na Convenção Nacional, propõe um «Pacto de Confiança assente em dois pilares fundamentais: por um lado, prosseguir e consolidar o muito que já foi feito nestes últimos quatro anos, na fidelidade aos mesmos valores e princípios e, por outro, inovar com criatividade, definindo novas prioridades que correspondam às necessidades dos portugueses».



TEXTO INTEGRAL DO ACORDO PSF-PCF

A confirmação da presença de Lech Walesa em Portugal a convite da UGT, a crise no Governo da AD, a vitória dos apoiantes de Soares nas eleições de delegados aos congressos das federações e a publicação do texto integral do acordo PSF-PCF eram os temas dominantes da edição de 9 de Julho de 1981 do «Acção Socialista».

Na primeira página, numa fotografia, via-se o dirigente da UGT, camarada Vítor Hugo Sequeira, cumprimentando Lech Walesa e reiterando o convite da central da Buenos Aires para que o sindicalista polaco viesse ao nosso país.

Na página 12, era publicado na íntegra o texto do acordo entre os socialistas e comunistas franceses. Acordo esse que serviria como base do programa de Governo de esquerda chefiado pelo camarada Pierre Mauroy.

Destaque ainda no «AS» para numerosas notícias sobre a intensa actividade desenvolvida pelas estruturas do PS de norte a sul do País.

J. C. C. B.

9 de Julho

Quem disse?

«O PS é uma organização altamente democrática onde todos os lugares de direcção são providos por eleições democráticas, livres e abertas»

Mário Soares



Poesia Grande Prémio da APE para Manuel Alegre

O Presidente da República, Jorge Sampaio, presidiu, no dia 5, em Lisboa, à entrega do prémio de poesia da Associação Portuguesa de Escritores (APE) de 1998 a Manuel Alegre.

O galardão foi ganho pelo poeta e camarada Alegre pela sua obra «A Senhora das Tempestades».

Na cerimónia de entrega do prémio, José Manuel Mendes, presidente da APE, frisou que a poesia «é um dos últimos refúgios do sagrado no mundo baço que nos rodeia».

Teresa Rita Lopes, porta-voz do júri de 1998, salientou o perfil coerente da obra poética de Manuel Alegre desde «O canto e as armas».

Rita Lopes confessou-se apreciadora da obra do poeta-deputado desde cedo «antes por iniciativa própria e não por sermão encomendado».

O autor de «A Senhora das Tempestades» afirmou que já foi atleta e que sabe o que é «a glória do efémero». «Mas nunca confundi literatura com qualquer corrida», advertiu. Para Alegre «o tempo dirá» porque, esse sim, é o grande juiz.

O camarada Manuel Alegre afirmou receber o prémio «com uma emoção especial» e lembrou o encerramento da APE pela PIDE



quando da entrega de um prémio ao poeta angolano Luandino Vieira, antes de Abril de 1974.

Alegre não deixou ainda de lembrar que foi companheiro do escritor angolano na cadeia da polícia política do Estado Novo de São Paulo em Luanda.

Frisou ainda que o episódio citado «demonstra a oposição da cultura da liberdade à anti-cultura que o fascismo é».

Eugénio de Andrade, António Ramos-Rosa, Natália Correia, Egito Gonçalves foram alguns dos poetas já distinguidos com o Grande Prémio de Poesia APE.

Narciso Miranda ilibado de todas as falsas acusações

«A justiça tarda mas não falha» é um provérbio popular que assenta que nem uma luva a Narciso Miranda, um dos autarcas-modelo do PS. O presidente da Câmara de Matosinhos viu o seu processo arquivado pela Procuradoria-Geral da República por terem sido provadas falsas todas as denúncias de corrupção e tráfico de influências.

Ao longo de três anos a vida pública e privada de Narciso Miranda foi investigada a pente fino e nem uma só acusação ficou provada. O líder do PS/Porto está totalmente inocente de todas as acusações, algumas delas com base em denúncias anónimas.

«Passei por um inferno, nestes últimos quatro anos. Mas agora já ninguém tem dúvidas da minha inocência», afirmou ao «Expresso» o camarada Narciso Miranda.

A tentativa de atentado político a Narciso



Miranda falhou. Matosinhos, o PS e o País vão continuar a poder contar com o trabalho notável de uma dos mais prestigiados e respeitados políticos portugueses e autarca de eleição.

Euro na Estrada termina em Braga

A sessão de encerramento da primeira fase do projecto «Euro na Estrada» realiza-se amanhã, dia 9, em Braga, onde já se encontra desde o dia 29 de Junho, no Campo da Vinha, ficando ali até domingo, dia 11, com a finalidade de continuar a divulgar a nova moeda para Portugal.

O projecto, recorde-se, teve início na cidade de Guimarães, percorreu em seguida e sem interrupções as 18 capitais de distrito de Portugal, podendo afirmar-se que foi um êxito em termos de comunicação directa junto de muitos milhares de cidadãos portugueses.

Portugal assume luta contra branqueamento de capitais

Portugal assumiu no passado dia 3 a presidência do Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de capitais (GAFI) com a eleição de Gil Galvão, vice-presidente da Co-

missão do Mercado de Valores Mobiliários. O GAFI é a principal entidade a nível mundial a ocupar-se da luta contra o branqueamento de capitais.

CONVENÇÃO NACIONAL

Apelo de António Guterres

NOVA AMBIÇÃO E RESPONSABILIDADE PARA VENCER A MEDIOCRIDADE

Mais de uma centena de personalidades das áreas da economia, da ciência, da cultura e do desporto manifestaram o seu apoio a uma nova vitória do PS nas eleições legislativas. Nas dezenas de intervenções que se escutaram no Coliseu dos Recreios, sábado passado, em Lisboa, o balanço dos últimos quatro anos de acção governativa foi invariavelmente positivo. Mas também foram lançadas pistas para o futuro e identificados os principais desafios do país na viragem do século. Na intervenção de encerramento, o camarada António Guterres pediu aos portugueses uma nova ambição e uma nova cultura de responsabilidade para vencer a trágica aliança entre a inveja e mediocridade — factor que muitas vezes contribuiu para gerar graves atrasos estruturais no nosso país.

O primeiro-ministro entusiasmou as largas centenas de participantes na Convenção Nacional do PS com um discurso em que pediu às elites do país que se juntem ao PS e à «Nova Maioria», tendo em vista vencer os atrasos estruturais que ainda subsistem em Portugal. Mas, na sua intervenção, com cerca de 30 minutos, o chefe do Governo também invocou as páginas negras da nossa história para lembrar que, em diversas ocasiões, as nossas elites estiveram mais preocupadas em defender os seus interesses do que em contribuir para a solução das mais graves questões que afectavam o nosso povo. Visando que Portugal não volte a cometer os erros do passado - e para que o país vença na próxima geração o atraso que ainda o separa da média dos Estados-membros da União Europeia -, António Guterres pediu «olhos nos olhos» aos portugueses três coisas: «uma nova ambição, uma nova exigência e uma nova responsabilidade».

No domínio da responsabilidade, o secretário-geral do PS lembrou que esse dever é tanto maior «quanto maior for o grau de privilégios que se têm». Por isso, «é imperdoável que algumas elites sejam incapazes de assumir as suas responsabilidades e contribuir para o desenvolvimento de Portugal», disse. Especificando depois o que entende por nova ambição, o chefe do Governo sublinhou que não deverá limitar-se à meta dos progressos materiais, mas, antes, terá de estender-se ao «bem-estar colectivo de toda a sociedade», tendo em vista construir um país mais limpo, com cidades mais agradáveis, escolas como verdadeiras comunidades educativas e hospitais humanizados. Finalmente, ao nível da cultura da exigência,



António Guterres salientou que os agentes da Administração Pública existem para servir os cidadãos e não para impor qualquer autoridade. Lamentou, ainda, que o país continue a ter uma administração centralizada e burocrática, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos.

A política e o combate à pobreza

Nas referências que fez aos últimos quatro anos de Governo, António Guterres não teve dúvidas em concluir que a nova cultura democrática, a consciência social e o combate decisivo à pobreza foram três marcas indiscutíveis do actual Executivo socialista. Após deixar bem claro que «todos os dias se vacina contra a corrupção e contra as tentativas de abuso de poder», o primeiro-ministro lembrou o seu passado de jovem militante de uma organização católica. No âmbito dessa organização, lembrou que promovera há 30 anos uma visita de um grupo de crianças da Curreleira à praia da Fonte da Telha, que residiam há mais de dez anos em Lisboa, mas que nunca tinha tido a oportunidade de ver o mar. A partir dessa experiência,



que o deixou chocado, António Guterres assumiu que a sua vida só teria sentido se fosse vocacionada para combater a pobreza. Esse episódio levou-o também a ser socialista desde muito cedo.

Outro episódio que Guterres disse ter marcado a sua vida aconteceu já na década de 80 em França, com um amigo residente em Paris e que elogiou Portugal, até porque todos os seus empregados eram portugueses. Para Guterres, a partir desse momento, a sua vida política só teria sentido se fosse capaz de evitar que os portugueses fossem obrigados a abandonar o país para terem direito a uma esperança.

Antes da intervenção do primeiro-ministro, o ex-secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, identificou como grande desafio do Governo socialista a reforma fiscal, visando fazer com muitos portugueses passem a pagar impostos, «como sempre deveriam ter pago». Vítor Constâncio alertou também para os riscos do consumo público continuar a crescer aos níveis dos últimos quatro anos e defendeu a reabilitação da política, que deverá estar presente em todas as grandes opções nacionais, porque, em sua



opinião, «o mercado é míope e apenas vive do curto prazo».

Primado aos valores do Estado

Outra intervenção que marcou a Convenção Nacional do PS esteve a cargo do camarada Manuel Alegre. O dirigente socialista começou por elogiar a recente decisão de António Guterres e do ministro das Finanças, Sousa Franco, no sentido de travar a compra de 40 por cento da «holding» de António Champalimaud por parte dos espanhóis do Banco de Santander e Central Hispano. «As nações estão antes dos mercados e os valores estão antes dos negócios», afirmou, antes de frisar a todos os socialistas que «o poder é uma ilusão, é efémero e que só vale a pena se for exercido em nome de causas», como o rendimento mínimo garantido, o repatriamento de cidadãos nacionais da Guiné-Bissau, ou em nome da causa de Timor-Leste. Mas deixou uma advertência: Nas próximas eleições legislativas, «não pedirei maioria absoluta. O povo dirá se a merecemos ou não». Ainda segundo Manuel Alegre, a grande vitória do PS não acontecerá diante do PSD, partido que desapareceu da cena política, mas sobre «nós próprios. A grande vitória acontecerá com a derrota da tentação da arrogância, da acomodação, do conformismo ou da autosatisfação».

O vice-presidente da Assembleia da República precisou ainda o sentido das reformas que o próximo Governo socialista deverá desenvolver. «Num país periférico como o nosso, o Estado tem um papel, não de mero regulador, mas de combate às desigualdades», declarou.

Na intervenção de abertura da Convenção, Almeida Santos lembrou que estavam entre os socialistas «a falta de intelectualidade» e muitos dos mais ilustres da nossa vida cívica. E a razão do apoio destes cidadãos, segundo o presidente da Assembleia da República, deve-se ao facto de o Governo «ter sempre sentido o apoio dos cidadãos» à sua acção política, em relação à qual destacou a entrada na moeda única, o rendimento mínimo garantido, a pacificação nas escolas, a redução do desemprego, a humanização da vida política portuguesa e o combate à droga.

Por seu turno, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, lembrou recentes palavras do chefe de Estado de que a prometida descentralização continua adiada. «As áreas metropolitanas são uma abstracção e continuam a não funcionar», lamentou, fazendo depois um apelo para que, nos próximos quatro anos, venham a ter um novo quadro jurídico e mais meios financeiros para desenvolverem a sua acção. «Com maioria absoluta ou sem ela, temos de levar por diante um pacto de regime em torno da descentralização», afirmou Fernando Gomes.

CONVENÇÃO NACIONAL PS define linhas do programa de Governo

UMA GERAÇÃO PARA PORTUGAL RECUPERAR O ATRASO FACE À EUROPA

Na última legislatura, o Governo criou condições para que Portugal tenha crescido 50 por cento acima da média europeia e para que o emprego tenha crescido três vezes mais do que a média europeia. Também nos últimos quatro anos, o Governo passou a combater de forma decisiva o fenómeno da pobreza e da exclusão social, ao mesmo tempo que garantiu o indispensável rigor macroeconómico para integrar o primeiro pelotão da moeda única europeia. Para o futuro, a grande meta dos socialistas passará por ultrapassar no espaço de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa do centro da União Europeia, o que corresponde a uma aposta geracional para conferir às jovens gerações condições sociais, económicas e culturais que lhes permitam aspirar a ganhar os grandes desafios do próximo século.

Na Convenção Nacional do PS, no sábado passado, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, ficaram traduzidos um conjunto de princípios que serão traduzidos nos programas eleitoral e de Governo dos socialistas. Assim, para os próximos quatro anos, o PS e a «Nova Maioria» irão fazer uma aposta total na plena integração de Portugal na sociedade de informação e de conhecimento, no reforço da coesão nacional com base na solidariedade e na segurança, na afirmação da saúde como grande prioridade no crescimento da afectação de recursos no plano social, numa visão renovada do espaço e do território, do ambiente e do ordenamento - com especial destaque para a política das cidades e o desenvolvimento rural - e numa estratégia de promoção de equidade e competitividade fiscal que promova a justiça social e as condições de desenvolvimento económico de Portugal.

A sociedade de informação e do conhecimento e a igualdade de oportunidades estão entre as principais prioridades programáticas do PS até 2003. De acordo com o documento subscrito pelo secretário-geral do partido, «as novas condições da sociedade internacional determinam uma aposta decisiva na sociedade de informação e do conhecimento. Uma aposta nacional, de mobilização para a generalização do acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento, para queimar etapas na modernização do país e para conferir aos portugueses acrescidas capacidades e competências que permitam a melhor utilização destes novos instrumentos de estruturação da sociedade. Paralelamente, o PS procurará desenvolver «um novo paradigma de paridade», que se baseará numa reformulação quanto a concepções arraigadas ao nível da organização familiar e da própria vida político-partidária, tendo em vista a repartição de tarefas entre homens e mulheres.



Para modernizar o País, é também essencial que Portugal faça um esforço no sentido de melhorar a qualidade da sua democracia. Neste contexto, um dos objectivos passa pela revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República e pela reformulação do sistema de Governo dos órgãos das autarquias locais, visando o reforço da estabilidade do seu funcionamento, a personalização do voto e a aproximação dos eleitores aos eleitores, bem como a ampliação dos mecanismos de participação directa dos cidadãos na vida pública, com especial destaque para os referendos locais.

Novo impulso às reformas estruturais

Até 2003, o Governo do PS também assegura que dará um novo impulso às reformas estruturais e que incidirão em especial nos sistemas fiscal, de segurança social, na saúde, na administração pública e na justiça.



A lógica das reformas, segundo António Guterres, é dar maior eficácia e sustentabilidade futura, maior capacidade de gerar justiça e solidariedade social. A reforma fiscal, de acordo com o texto saído da Convenção Nacional do PS, «será impulsionada para o reforço da equidade fiscal, o aumento da competitividade empresarial, a promoção do emprego e da preservação do ambiente». Para o PS, «é essencial promover o alargamento decisivo da base tributária como instrumento de equidade e pressuposto de uma diminuição do esforço fiscal dos contribuintes cumpridores, aprofundar outras medidas de reforma fiscal já iniciadas na presente legislatura, encerrar os impostos como factor de estímulo ao investimento e modernização empresarial numa lógica de incentivo em vez de uma prática de benefício, premiar as boas práticas ambientais no uso de recursos não renováveis e manter e reforçar a modernização da administração fiscal.

No quadro das reformas dos sistemas de saúde e da segurança social, sempre ten-

do em vista o aprofundamento da sua sustentabilidade, o PS e a «Nova Maioria» propõem a combinação de três princípios básicos: a moralização dos sistemas na dupla perspectiva do combate à evasão e da repressão dos abusos e irregularidades; a diferenciação positiva das políticas sociais (favorecendo o apoio aos mais carenciados) e a selecção de modelos de gestão e de financiamento que possuam a melhor relação entre os custos e os benefícios sociais.

Novo perfil económico

Já nos sistemas jurídico e de justiça, as reformas serão orientadas para melhorar a sua qualidade, simplicidade, eficácia, desburocratização e proximidade aos cidadãos e às empresas, bem como para a promoção da concorrência, da protecção e da transacção dos direitos de propriedade, nomeadamente com a simplificação do regime falimentar e dos sistemas de registos e notariado. Para o PS, a próxima década representa também «uma oportunidade única para a reforma da administração Pública, quer através do aprofundamento da ligação humanizada e eficiente dos serviços públicos aos cidadãos, na senda das denominadas lojas dos Cidadãos, quer através do rejuvenescimento do quadro de funcionários que será renovado em cerca de 40 por cento nos próximos dez anos».

No campo energético, a estratégia do PS terá como objectivos reduzir os custos energéticos das empresas e dos consumidores, promover fontes de energia mais limpas, estimular a sua utilização eficiente e racional, garantir capacidade competitiva no mercado interno europeu aos consumidores com centro de decisão em Portugal. No domínio ambiental, o objectivo é transformar a qualidade ambiental num «elemento integrante da competitividade das empresas e do território, incorporando nos processos produtivos procedimentos decorrentes nos contratos de adaptação ambiental e dinamizando uma nova geração de acordos ambientais com a indústria e a agricultura.

Tendo em vista a nova legislatura, o PS aposta igualmente num novo perfil económico de Governo. «uma vez atingida a estabilidade macroeconómica que importa consolidar, o novo regime económico implica que o foco da política económica se deva agora centrar nas políticas do lado da oferta, tendo em vista aumentar a taxa potencial de crescimento, a produtividade e o emprego».

Assim, as futuras políticas orçamentais «intensificarão o rigor no controlo da despesa pública corrente primária, manterão as trajectórias de redução do peso da dívida pública e do défice orçamental, no quadro do pacto de estabilidade e crescimento».

DESTAQUE – CM

Estradas

«BEIRA INTERIOR» CONCESSIONADA

O Governo socialista decidiu, no dia 1, atribuir ao consórcio Scutvias - Auto-Estradas da Beira Interior SA, a concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designada por «Beira Interior». O decreto-lei aprovado em reunião de Conselho de Ministros prevê também as bases da concessão.

O Executivo de António Guterres votou ainda favoravelmente uma resolução que aprova a minuta do respectivo contrato.

A concessão, que tem um prazo de 30 anos, tem por objecto a concepção, construção, financiamento, conservação e exploração em regime de portagem Scut (regime de portagem sem cobrança aos utilizadores), dos seguintes lanços de auto-estradas:

- IP2 Alcaria-Teixoso, com a extensão aproximada de 20 quilómetros (entrada em serviço no quarto trimestre de 2003);
- IP2 Teixoso-Guarda, com a extensão aproximada de 32 quilómetros (entrada em serviço no terceiro trimestre de 2002);
- IP6 Mouriscas-Gardete, com a extensão aproximada de 29 quilómetros (entrada em serviço no terceiro trimestre de 2002).

Constituem também o objecto da concessão, para efeitos de concepção, duplicação de número de vias, financiamento, conservação e exploração em regime de portagem Scut dos lanços de auto-estrada IP2 Gardete-Castelo Branco, com a extensão aproximada de 46 quilómetros (entrada em serviço no quarto trimestre de 2003) e IP2 Túnel da



Gardunha, com a extensão aproximada de 3 Km (entrada em serviço no quarto trimestre de 2003).

Constituem ainda o objecto da concessão, para efeitos de conservação e exploração, em regime de Portagem Scut, os seguintes lanços:

- IP2 Castelo Branco-Soalheira, com a extensão de 20 quilómetros;
- IP6 Abrantes-Mouriscas, com a extensão de 12 quilómetros;
- EN18, entre Alcaria e Teixoso, com a extensão de 20 quilómetros (até à entrada em serviço do lanço alternativo da IP2 Alcaria-Teixoso);
- IP2 Soalheira-Alcaria, com a extensão de 16 quilómetros.

Este projecto permitirá que, em finais de

2003, a ligação entre Abrantes e a Guarda, com passagem por Castelo Branco e pela Covilhã, se faça por auto-estrada (cerca de 130 quilómetros) constituindo, em termos fi-

nanceiros, a maior concentração de investimento em redes viárias feita até ao momento nesta zona - 117 milhões de contos.

O capital social da concessionária, será de 9 672 000 000\$00 (nove mil seiscentos e setenta e dois milhões de escudos) obrigando-se a concessionária a que o mesmo seja subscrito e realizado e as prestações acessórias de capital e/ou os suprimentos sejam realizados nos termos estipulados no Acordo de Subscrição e Realização de Capital.

Os membros do agrupamento detêrão, nos termos e condições descritos no contrato de concessão, a totalidade do capital social da concessionária até três anos após a data de entrada em serviço do último lanço a construir.

Durante este prazo, a alienação de acções entre membros do agrupamento ficará sujeita a autorização prévia do concedente, sendo nula e de nenhum efeito qualquer alienação de acções da concessionária a terceiras entidades.

DESTAQUE – CM

Ensino politécnico

NOVAS REGRAS PARA CURSOS DE ENFERMAGEM

O Executivo socialista fixou, na passada quinta-feira, dia 1, durante a reunião de Conselho de Ministros, as regras gerais a que ficará subordinado o ensino da enfermagem no âmbito do ensino superior politécnico.

O decreto-lei em questão, que foi aprovado na generalidade, ficando a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, vem estabelecer um novo quadro normativo para a formação de profissionais da enfermagem no âmbito do ensino superior politécnico, concretizando-se, assim, as medidas previstas, a este nível, na resolução do Conselho de Ministros n.º 140/98, de 4 de Dezembro (plano integrado para o desenvolvimento dos recursos humanos na área da saúde).

A formação na área da enfermagem - ao nível do mestrado e do doutoramento - deve ser naturalmente desenvolvida pelas instituições de ensino universitário no quadro do disposto no n.º 2 do artigo 13º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

No domínio do ensino da enfermagem, os Ministérios da Educação e da Saúde articulam-se tendo em vista o planeamento estratégico da formação, a definição das estruturas curriculares, a fixação das vagas a abrir anualmente e o acompanhamento das avaliações e auditorias.

Relativamente ao curso de licenciatura em enfermagem, estabeleceu-se que o curso terá a duração de quatro anos curriculares, obedecendo os respectivos acesso e ingresso aos termos gerais da lei, e que a

aprovação em todas as unidades curriculares que integrem o respectivo plano de estudos confere o direito ao grau de licenciado em enfermagem e à correspondente carta de curso.

Para os cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem ficou definido que devem assegurar a aquisição de competência científica, técnica, humana e cultural numa área específica da enfermagem e terão a duração de dois a três semestres curriculares (quatro semestres curriculares, em casos excepcionais).

Podem candidatar-se estes cursos os indivíduos que satisfaçam cumulativamente as condições de serem detentores do título de enfermeiros; serem titulares do grau de licenciados em enfermagem ou equivalente legal e terem pelo menos dois anos de experiência profissional como enfermeiros.

O decreto-lei aprova também duas medidas de transição de especial importância:

- A possibilidade de os estudantes que se encontram actualmente a frequentar o curso de bacharelato poderem, caso o pretendam, alcançar de imediato o grau de licenciado através de um ano de formação complementar, a que terão acesso, sem limitações quantitativas, no ano lectivo imediatamente subsequente ao da conclusão do bacharelato.

- A criação de cursos de complemento de formação destinados a facultar aos bacharéis em enfermagem o acesso, em determinadas condições, ao grau de licenciado.

DESTAQUE – CM

Privatização da Galp

FIXADOS VALORES DAS ACÇÕES

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 1, uma resolução que fixa os valores a atribuir às acções da Petróleos de Portugal, Petrogal, SA, da GDP - Gás de Portugal, SGPS, SA, e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA, com vista ao futuro processo de privatização da Galp. Este diploma vem fixar os seguintes valores globais e por cada acção das três sociedades em causa, tendo sido levado em linha de conta, nos valores definidos para as primeiras duas sociedades, o facto destas entidades serem titulares de participações na Transgás:

- Petróleos de Portugal, Petrogal, SA - valor global de 327 503 milhares de contos, a que corresponde 3 168\$87 por cada acção a transferir para a Galp;
- GDP - Gás de Portugal, SGPS, SA - valor global de 99 580 milhares de contos, a que corresponde 3 983\$21 por cada acção a transferir para a Galp;
- Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás



Natural, SA - valor global de 51 229 milhares de contos, a que corresponde 4 098\$36 por cada acção a transferir para a Galp. Estes valores tiveram como factor de ponderação duas avaliações independentes da Petrogal, GDP e Transgás, realizadas por entidades credenciadas, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, cujos resultados situavam o valor global do conjunto das três sociedades avaliadas num intervalo entre 440 e 464 milhões de contos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, considerou, a proibição do consumo de droga através do recurso a processos criminais, «um erro que é necessário corrigir».



Para Sócrates, a prisão do consumidor de estupefacientes «não resolve os problemas, antes os agrava, até do ponto de vista do estigma social», pelo que, «se o consumidor é um doente, então há que tratá-lo como doente e não como criminoso». Falando na sexta-feira, dia 3, em Leiria, num jantar-conferência subordinado ao tema «Combate à Droga: Uma Estratégia Nacional», o ministro referiu que o consumo de estupefacientes deve ser punido, «mas dando ao consumidor acesso ao tratamento».

«Se um toxicodependente é, no fundamental, um doente, a principal tarefa do Estado é combater a doença e não o doente», afirmou o governante, apontando para a vertente «humanista» da estratégia nacional de combate à droga, a qual passa pela criação de condições para que todos os toxicodependentes que queiram tratar-se tenham acesso a tratamento. Reconhecendo que ainda existem listas de espera em alguns Centros de Atendimento de Toxicodependentes (CAT), José Sócrates garantiu que «até ao final do ano, vão abrir mais quatro ou cinco» em diferentes regiões do País.

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, sublinhou, no dia 1, a importância da educação pré-escolar para a igualdade de oportunidades, durante a assinatura de protocolos para melhorar os estabelecimentos de ensino de Viseu.

O governante enfatizou a aposta do Governo na «qualidade da aprendizagem» e sublinhou que esta «só faz sentido se nos ensinios pré-escolar e básico forem lançados meios para uma boa qualificação das pessoas».

Guilherme d'Oliveira Martins esteve em Viseu para assistir a assinatura de diversos protocolos entre a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) e a Câmara de Viseu no valor de cerca de 70 mil contos para melhoramentos em estabelecimentos da rede de ensino pré-escolar do concelho.

Na cerimónia, realizada na Câmara de

Viseu, Guilherme d'Oliveira Martins elogiou a autarquia pelo investimento que tem realizado na área do ensino pré-escolar e salientou o «empenho e mobilização do poder local» para a concretização dos objectivos traçados pelo Executivo de António Guterres nesta área, que passam pela «igualdade de oportunidades e qualidade do ensino».



«Os objectivos excederam todas as expectativas», afirmou, exemplificando: «até 2001 esperávamos ter mais 45 mil crianças no pré-escolar, mas desde que o programa foi lançado o número já ultrapassou as 32 mil».

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, anunciou no dia 5, em Lisboa, que o Governo vai endurecer a vigilância ao excesso de velocidade e de álcool através da campanha «Acalmia de Tráfego», com arranque previsto ainda durante o Verão.

Vara falou no lançamento da Campanha de Reforço da Segurança do Peão nos Meios Urbanos, promovida pelo Ministério da Administração Interna e Direcção-Geral de Viação (DGV) em parceria com as empresas de transportes públicos rodoviários de passageiros de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga.

Até meados do próximo mês, a população será alertada por cartazes colocados nos autocarros dizendo «Veja onde põe as rodas!», «Cuidado com quem anda a pé!», «Olhe com atenção antes de atravessar», ou ainda, «Aqui o Peão é Rei! Respeite as regras. Jogue sempre pelo seguro!».

Visando sensibilizar em especial os condutores e os peões e tendo em vista a diminuição da sinistralidade rodoviária, que atingiu em 1998 um total de 2 067 acidentes de que resultaram 356 mortes, a campanha que arrancou na passada quinta-feira envolveu a DGV, a STCP, no Porto, as SMTUC, em Coimbra, os TUB, em Braga e a CCFL, em Lisboa, e contou ainda com a colaboração do TCS - Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, SA.

AMBIENTE

O secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, defendeu, no dia 1, a necessidade de devolver os rios às cidades e sublinhou que

Portugal deve reflectir sobre os modelos a utilizar na reconversão das zonas ribeirinhas.

Ricardo Magalhães falava na abertura oficial da Conferência Internacional de Requalificação de Zonas Ribeirinhas, que decorreu em Alhandra.

O secretário de Estado adjunto defendeu também que «o relacionamento entre os rios e as cidades perdeu-se quando o pulsar económico da cidade já não dependia dessa ligação funcional».



No entanto, depois de um período em que as zonas ribeirinhas foram consideradas espaços marginais e se foram degradando paisagística e ambientalmente, o secretário de Estado reconheceu que Portugal está «numa fase de transição».

«É necessário reflectir com precaução e flexibilidade sobre os modelos que Portugal deve adoptar para a reconversão das suas zonas ribeirinhas», afirmou. Ricardo Magalhães sublinhou também a importância que a recuperação do curso de água deve ter em todo o processo, frisando que «não se pode confundir conversão com operação de cosmética». «Insistir em políticas trans-sectoriais será a palavra-chave, para que os rios sejam de novo devolvidos às suas cidades e estas se encontrem novamente com os seus rios», concluiu.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, visitou, no dia 4, a Coudelaria de Alter do Chão, onde assistiu à apresentação do projecto do futuro Museu do Cavalinho e presidiu à inauguração do cine-teatro local.

Ainda no concelho de Alter do Chão, Manuel Maria Carrilho homologou, em cerimónia marcada para o palácio Álamo, o protocolo para a recuperação da Igreja do Convento de Santo António, celebrado entre o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a Câmara Municipal.

À tarde, o programa do ministro da Cultura incluiu visitas a Nisa (cine-teatro e biblioteca municipal, para inauguração de uma exposição de pintura *naïf* de Augusto Pinheiro), Castelo de Vide (apresentação do projecto de remodelação do Cine-Teatro Mouzinho da Silveira) e Marvão, vila que apresentará candidatura a Património Mundial.

A visita do titular da pasta da Cultura ter-

minou em Campo Maior, onde homologou um protocolo, celebrado com a autarquia, para a construção do Centro Cultural.

DEFESA

O ministro da Defesa, Jaime Gama, afirmou na passada sexta-feira, no Montijo, que o Executivo socialista «já tem muito adiantado o estudo» sobre questões remuneratórias dos militares.

Gama falava aos jornalistas no final da cerimónia de comemoração do 47º aniversário da Força Aérea Portuguesa (FAP), presidida pelo primeiro-ministro e a que assistiram diversas individualidades civis e militares.

O governante sublinhou que «a filosofia geral é conhecida» (aumento do subsídio da condição militar, criação de um seguro de vida e definição do modelo de revalorização salarial ainda este ano) e que «será consultado» o Conselho Superior Militar (CSM).

Confrontado com o facto de a última reunião do CSM (então presidida pelo ministro Veiga Simão) ter aprovado uma nova grelha salarial para os militares e agora estarem a ser feitos mais estudos, Jaime Gama foi directo: «Um assunto que não é resolvido há dez anos vai ser resolvido e eu ocupo esta pasta há menos de um mês e meio.»

DESENVOLVIMENTO RURAL

A melhoria dos caminhos agrícolas e a prevenção de fogos florestais são os dois temas principais da deslocação ao Algarve do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, no passado fim-de-semana.

A melhoria dos caminhos agrícolas insere-se num programa especificamente dirigido ao Algarve, que o Governo se comprometeu a apoiar num montante global de 300 mil contos, a aplicar na construção de 25 caminhos agrícolas.

Aquela reestruturação de vias iniciou-se já com a assinatura de sete convenções de financiamento, referentes a outros tantos caminhos agrícolas, no concelho de Loulé. No que respeita à prevenção de fogos florestais, o secretário de Estado vem explicar as oportunidades concedidas às associações florestais, no sentido de se candidatarem a ajudas e subsídios para o combate a incêndios.

No sábado, dia 3, Vítor Barros presidiu, em Loulé, ao já tradicional Conselho Nacional da Caça, a que se seguiu uma visita a IV Feira da Caça e Pesca do Algarve, nas instalações do Núcleo Empresarial da Região do Algarve (NERA), nos arredores da cidade.

ECONOMIA

O ministro da Economia, Pina Moura, inaugurou, no dia 4, em Silves, o primeiro complexo de animação e cultura do Algarve, conhecido pela Fábrica do Inglês, empreendimento classificado pela Direcção-Geral de Turismo.

Trata-se de uma antiga fábrica corticeira, construída no século XIX, enquadrada no âmbito do Projecto Integrado de Turismo Estruturante Regional (PITER), cuja candi-

PELO PAÍS

Governança Aberta

atura apresentada pela Câmara de Silves foi considerada elegível pelo Fundo de Turismo, recebendo apoios do SIFIT III na ordem de 400 mil contos (cerca de 23 por cento do investimento total). Representando um investimento de dois milhões de contos, o complexo de animação, gastronomia e cultura criado a partir da reabilitação de uma estrutura fabril antiga e a pensar na requalificação de todo o meio envolvente, constitui um pilar de turismo de qualidade na região.

EDUCAÇÃO

Autonomia e diversidade foram as palavras-chave do discurso do ministro da Educação, Marçal Grilo, no encerramento do Encontro Nacional da Gestão Flexível do Currículo, que decorreu no dia 2, em Santarém.

«É necessário combater a dependência das escolas em relação ao ministério», disse Marçal Grilo, acentuando a ideia de que não faz sentido implementar o projecto da gestão flexível do currículo sem a autonomia das escolas.

Para o titular da pasta da Educação, essa autonomia funcionará bem como «uma liderança forte na escola, um corpo docente estável e um projecto bem integrado e de acordo com as necessidades da comunidade educativa».

Adaptar o currículo do básico à especificidade de cada escola é um dos objectivos deste projecto, dentro de um objectivo maior que é assegurar que todos os alunos aprendam mais e de um modo mais significativo.

Definindo a gestão flexível do currículo como «a capacidade que cada escola tem para pôr em causa a uniformização», o ministro adiantou ainda que se pretende acima de tudo, «formar cidadãos autónomos, com capacidade para liderar processos e engenho para resolver problemas».

Durante dois dias houve troca de experiências e reflexões à volta desta questão do currículo do ensino básico, tendo sido assinalados alguns obstáculos e dificuldades que se colocam aos professores e às escolas na implementação deste projecto.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Maria de Belém, inaugurou, no dia 2, no Porto, um centro de saúde-piloto criado pela Faculdade de Medicina do Porto e a Administração Regional de Saúde do Norte que funcionará em moldes inovadores e desburocratizados.

A nova unidade surgiu de uma ideia lançada pelo Departamento de Clínica Geral da Faculdade de Medicina do Porto e visa não só motivar os recém-formados para a carreira da medicina geral como também testar formas inovadoras de gestão.

A unidade contará com um clínico sempre disponível para utentes que não tenham consulta marcada.

Por outro lado, todos os gabinetes estarão informatizados e contarão com software que lhes permitirá a gestão não

apenas dos doentes - como já acontece noutros centros de saúde - mas também das doenças.

Isto permitirá a cada momento dispor de dados estatísticos sobre os perfis dos utentes e das principais doenças da região, assim como tratar informaticamente questões como as receitas médicas.



Além da população da zona envolvente ao centro de saúde, este estará aberto a todos os cidadãos que não disponham de médico de família e que nele se queiram inscrever, até à lotação máxima de 20 mil utentes.

Paralelamente, serão criados mecanismos que permitirão a prestação de apoio domiciliário.

O centro funcionará na total dependência da Administração Regional de Saúde, mas terá critérios de funcionamento autónomos que lhe permitirão ir testando novas medidas tendo em vista desburocratizar e melhorar o atendimento dos utentes.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou, no dia 2, que «o Governo cumpriu a sua obrigação» ao apresentar um projecto de Lei de Bases da Segurança Social e responsabilizou a oposição pela sua inviabilização.

Em declarações à Imprensa, durante a inauguração de um novo Centro de Dia para Crianças e Idosos, em Lisboa, Ferro Rodrigues acusou em especial o PSD pelo adiamento da aprovação da Lei de Bases e por «falta de seriedade no debate» do documento.

Quanto às consequências da não aprovação da lei nesta legislatura, o que, segundo o ministro, «o PSD sempre desejou», são, para Ferro Rodrigues, apenas «um adiamento de alguns meses».

O PS «fez profundas mudanças no Sistema de Segurança Social, nomeadamente na cobrança de receitas, nas pensões e prestações familiares, apresentou a proposta da Lei de Bases há um ano, fez um trabalho muito sério e ganhou-se uma confiança que não existia», acentuou o ministro.

«A Assembleia da República decidiu o seu próprio método de trabalho e todos os partidos apresentaram propostas, enquanto o Governo estava disponível para o debate, considerado insuficiente por alguns partidos, agora na última fase» de trabalho da comissão.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Julho

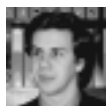
O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que atribui ao consórcio Scutvias - Auto-Estradas da Beira Interior, SA, a concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados, designada por Beira Interior;
- Uma resolução que fixa os valores a atribuir às acções da Petróleos de Portugal, Petrogal, SA, da GDP - Gás de Portugal, SGPS, SA, e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA, com vista ao futuro processo de privatização da Galp;
- Um decreto-lei que fixa as regras gerais a que está subordinado o ensino da enfermagem no âmbito do ensino superior politécnico;
- Um decreto regulamentar que cria diversas Zonas de Protecção Especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das directivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio;
- Um decreto-lei que regula matérias ligadas à produção e impressão de papel-moeda pelo Banco de Portugal, nos novos quadros jurídicos da União Económica e Monetária;
- Um decreto-lei que altera o Regulamento da Comercialização de Alimentos Compostos para Animais;
- Um diploma extingue o Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo e altera o artigo 5.º do decreto-lei n.º 122/93, de 16 de Abril, e os artigos 8.º e 30.º do decreto-lei n.º 222/96, de 25 de Novembro;
- A atribuição de uma indemnização compensatória à Lusa - Agências de Notícias, SA, no montante de 1 898 984 contos, considerando a natureza de serviço público da sua actividade e os termos do contrato associado às condições da sua prestação;
- Uma resolução que autoriza o Ministério das Finanças a contribuir, a título de donativo, para a APDF - Africa Project Development Facility, com o montante de 525 mil dólares americanos;
- Uma resolução que fixa a quantidade de acções a alienar no âmbito da oferta pública de venda relativa à quarta fase do processo de privatização do capital social da Portugal Telecom, SA;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o Código Ibero-americano de Segurança Social e os seus Protocolos Primeiro e Segundo, assinado em Madrid, em 19 de Setembro de 1995;
- Uma proposta de resolução que aprova para ratificação a Convenção Europeia do Exercício dos Direitos das Crianças, aberta à assinatura em Estrasburgo, em 25 de Janeiro de 1996;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) do Ministério do Trabalho e Solidariedade;
- Um decreto-lei que adopta os métodos oficiais de análise a utilizar na determinação dos teores de ácidos aminados, da gordura bruta e do «olaquinox» nos alimentos para animais, transpondo para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa a esta matéria;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 209/98, de 15 de Julho, acrescenta novos dígitos identificadores de municípios ao anexo IV do Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, prorrogando o prazo estabelecido no mesmo diploma para validade da licença de velocípede com motor e altera os artigos 10.º, n.º 4 e 13.º do decreto-lei n.º 86/98, de 3 de Abril, respectivamente sobre caderneta de instruente e registos informáticos das escolas de condução;
- Um diploma que altera os anexos I, II, III e IV ao decreto-lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, de modo a transferir o Município de Gavião para a área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;
- Uma resolução que aprova a minuta do contrato de concessão de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados na zona Norte de Portugal em celebrar entre o Estado Português e do Consórcio AENOR - Auto-Estradas do Norte, SA;
- Um diploma que altera a resolução que cria o Conselho Consultivo para a formação das Forças e Serviços de Segurança;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pórmenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Quinta da Abrigada, no Município de Alenquer;
- Uma resolução que nomeia Maria Manuela Antunes Barata como encarregada de missão com o objectivo de preparar e coordenar o lançamento e a gestão de um programa específico de cooperação intermunicipal;
- Uma resolução que nomeia presidente do Conselho de Administração do Instituto das Estradas de Portugal (IEP) a António Ressano Garcia Lamas;
- Uma resolução que nomeia Manuel Simões Carrasqueira Baptista, Artur Pato Mendes de Magalhães e Jorge Manuel Bico da Costa como vogais executivos do Conselho de Administração do Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR);
- Uma resolução que reconduz o presidente da Comissão para a Promoção de Adaptação das Empresas não Financeiras ao Euro.

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA

Acção Social Escolar

O FIM DO VAIVÉM LARANJA



O deputado socialista Ricardo Castanheira «diagnosticou», no passado dia 24 de Junho, no Parlamento, um estado de «inacreditável falta de imaginação» na oposição por esta ter avançado recentemente com a ideia de estruturas organizativas da Acção Social Escolar do ensino superior que já existem e até a ideia de contratar-programa que já foram celebrados.

«Para o PS torna-se evidente que a oposição comeste tipo de iniciativas e de debates quer apenas buscar protagonismo fácil e substituir-se aos verdadeiros actores desta questão», disse.

Garantindo que a educação é, para o Partido Socialista, «uma tarefa fundamental e prioritária da governação», Ricardo Castanheira sublinhou que ela «exige um pacto de regime em seu torno».

Na opinião do parlamentar do PS, o sector da educação tem servido para a oposição como arma de injustificado arremesso político da oposição.

Apoiando-se no ditado da sabedoria popular que afirma que «contra factos não há argumentos», o deputado do GP/PS apresentou uma série de dados estatísticos que demonstram o esforço de investimento significativo feito pelo Executivo socialista em matéria de Acção Social Escolar em quatro anos de governação.

Recuando ao ano de 1995, Ricardo Castanheira lembrou que, na altura, havia apenas 1 500 estudantes do ensino superior particular e cooperativo com subsídio de propinas (pois não tinham direito a bolsas de estudo), num valor total de 490 mil contos.

«Hoje há 7 343 bolseiros a que corresponde uma dotação de 3 950 mil contos, correspondente a um aumento de 181 por cento no valor da despesa e de 136,5 por cento na percentagem de bolseiros», referiu, acrescentando que a verba orçada para a Acção Social Escolar

do Ensino Superior era de 9,7 milhões de contos, passando, no primeiro ano de administração socialista, a 12,2 milhões de contos.

Em 1999, o orçamento para a ASE atingiu já os 20,3 milhões de contos, uma verba significativa e reflexo de um crescimento, em cinco anos, de 109 por cento.

«Há mais números para apresentar. Há mais diferenças para acentuar. Há mais crescimento para sublinhar. Mas, para já, a dimensão destes números parece ser suficientemente probatória da afirmação da educação como a paixão deste Governo e do conseqüente investimento financeiro», frisou.

Para Ricardo Castanheira, este reforço da educação em termos de dotação de verbas prende-se com uma aposta certa na qualidade do ensino, na qualificação dos nossos estudantes e na inovação.

«Este Governo definiu, pela primeira vez, um sistema de financiamento tendencialmente justo, envolvendo numa relação triangular o Estado, que financia as instituições e apoia os estudantes; os estudantes, que partilham responsabilidades equitativas no apoio às universidades; e as universidades, que abrem novos horizontes de autofinanciamento através da qualidade e da exigência», reafirmou.

Perante tudo isto, Ricardo Castanheira considerou que «só com má-fé poderão subsistir dúvidas quanto à bondade e à intenção expressa do actual Governo em conferir aos estudantes, independentemente da natureza particular ou pública do ensino que frequentem, as mesmas oportunidades de trabalho e sucesso».

«A prova mais evidente de que hoje existe uma estratégia educativa justa em Portugal, do pré-escolar ao superior, e de que há investimentos vultuosos, está no simples facto da estabilidade desta equipa governativa, por oposição ao vaivém de outros tempos em que se mudava de ministro da Educação como quem muda de camisa», concluiu Ricardo Castanheira. **MARY RODRIGUES**



DEPUTADA MANUELA AUGUSTO

COSAC

REFORÇAR OS LAÇOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA DINAMIZAR O BEM-ESTAR

A deputada do PS Maria Manuela Augusto defendeu no dia 31 de Maio que «as relações entre os povos precisarão de uma forte vontade política, que reforce e cimente laços de cooperação e dinamize o bem-estar social a nível mundial».

Maria Manuela Morgado, na intervenção brilhante que fez na COSAC, referiu, a propósito, que «um fenómeno bem sucedido de vontade política tem levado, cada vez de forma mais evidente, ao estreito relacionamento entre a União Europeia e a América Latina. «A História deste relacionamento começou a tomar forte expressão entre 1970 e 1980, anos em que se vão estabelecendo acordos entre a então CEE e a Argentina, Uruguai, Brasil e México», acrescentou.

No entanto, a partir dos anos 80, segundo adiantou, «duas ordens de razões terão acelerado o interesse mútuo nos países dos dois lados do Atlântico: a evolução política na América Latina, por um lado, foi eliminando os obstáculos de aproximação entre organismos e instituições (como a então CEE), que desde os seus primórdios assumiram a Democracia como um valor e um princípios incontornáveis».

Por outro lado, referiu, «a entrada de Portugal e da Espanha nesta Comunidade (em 12 de Junho de 1985) constituiu um factor essencial para o relacionamento entre estas duas zonas do Globo».

«Como parceiros de pleno direito da União Europeia, de estranhar seria o não aprofundamento e estreitamento destes laços», afirmou.

Nessa perspectiva, acrescentou, «o Acor-

do de Esquipulas (celebrado em 1987), que em termos Institucionais constitui uma viragem nas relações multilaterais, bem como os sucessivos Tratados e Acordos estabelecidos nos anos 90, espelham a vontade recíproca de criar esses laços que propiciem o fortalecimento de Associações Inter-Regionais».

Tendo em conta a globalização económica que está a caracterizar o final do século e na perspectiva da redefinição de modelos de cooperação que permitam enfrentar os desafios do novo milénio, a deputada do PS salientou que «Portugal fará jus às suas raízes e tradições seculares, apoiando de forma empenhada o diálogo político institucionalizado, bem como as vertentes de cooperação quer de dimensão humana, cultural e educativa, entre a União Europeia e os países da América Latina, como as que vêm sendo estabelecidas com o Grupo do Rio, da América Central, do Mercosul, da Comunidade Andina, com o Chile ou com o México».

Por outro lado, frisou, «a presidência portuguesa também se prepara para dar um novo impulso aos países da Convenção de Lomé».

De acordo com as conclusões do Conselho Europeu de Amsterdão, Maria Manuela Morgado referiu que a Cimeira EU/América Latina e Caraíbas que se realizará no Rio de Janeiro em Junho de 1999, «constituirá, em si mesma, uma ocasião privilegiada para dar um novo alento a estas relações, concretizando expectativas, perspectivando o futuro, que se pretende cada vez». **J. C. C. B.**

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Bandas filarmónicas

RECONHECIMENTO DAS RELEVANTES FUNÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS



O deputado socialista Fernando Pereira Marques afirmou no dia 2, na Assembleia da República, que «importa reconhecer o importante papel desempenhado pelo associativismo cultural, no fomento de práticas amadoras, nomeadamente no que se refere à música».

Tanto quanto é possível apurar, acrescentou, «existem cerca de 700 bandas filarmónicas a nível nacional, para além de outras agremiações com actividades semelhantes». Segundo Fernando Pereira Marques, «essas agremiações contribuem para a manutenção de relações comunitárias que tendem a desaparecer na sociedade contemporânea, ajudam ao preenchimento dos tempos livres de quem não possui muitas

vezes outras alternativas de oferta cultural, promovem o gosto pela música e formam jovens músicos nas escolas que mantêm activas».

Dito de outro modo, «essas agremiações, bandas e similares desempenham funções importantíssimas de integração social – em particular dos jovens –, de criação de novos públicos e de formação musical, no contexto de um país onde são conhecidas as fragilidades da componente artística do sistema de ensino», disse.

Assim, considerou que a iniciativa legislativa do PS de apoio às bandas filarmónicas «constitui um incentivo e é, também, sobretudo, o reconhecimento destes factos, muitas vezes subvalorizados por uma visão imediatista, superficial e parcelar dos fenómenos culturais». **J. C. CASTELO BRANCO**

DER FERNANDO SERRASQUEIRO

Impostos

PROJECTO DO PCP TEM ERRO DE CONCEPÇÃO



O deputado do PS Fernando Serrasqueiro disse no dia 30 de Junho, no Parlamento, que o projecto de lei n.º 599/VII do PCP «tem um mérito, que reconhecemos,

mas também um erro de concepção que criticamos».

Assim, sublinhou, «tem o mérito de pretender actualizar o decreto-lei n.º 260-D/81, de 2 de Setembro, cuja aplicação é actualmente dificultada pelas reformas fiscais que se registaram nos últimos 18 anos em Portugal», mas, no entanto, «cai, ao arripio da prática e das preocupações recentes, no erro de implicitamente voltar a disseminar normas e regras dos impostos por diplomas avulsos, quer em termos de produção legislativa, como de coerência do sistema e até de aplicação dos diplomas no dia a dia.»

O deputado do PS acrescentou que «é hoje consensualmente defendido que deverá ser no código de cada imposto ou em legislação que abranja todo o sistema fiscal (ex: Lei Geral Tributária) que devem estar contidas as regras e as excepções, as incidências e as isenções».

Por outro lado, adiantou, «se algumas das medidas avançadas no referido diploma podem ser apreciadas em termos políticos, globais ou enquadrados na actual conjuntura, outras há que devem ser afastadas», como, por exemplo, «violarem directivas comunitárias (alínea f) do artigo 1º)»; «por terem sido matéria de legis-

lação recente (por exemplo o artigo 3º); e «por nada trazerem de novo e terem um efeito inverso ao esperado (por exemplo o artigo 4º)».

Fernando Serrasqueiro passou depois à análise em pormenor dos aspectos apreciados no diploma.

Assim, entre outros aspectos, referiu que o artigo 1º referente às isenções fiscais que podem ser concedidas às pessoas colectivas públicas «é pouco inovador».

«A sua alínea a) sobre o Imposto de Selo repete o actualmente previsto na verba III do capítulo «outras isenções» anexo à Tabela Geral do Imposto de Selo», disse.

«A alínea b) sobre o Imposto Municipal de Sisa repete o actualmente previsto no n.º 16º do artigo 11 do Código do Imposto Municipal de Sisa», acrescentou.

Por outro lado, adiantou, «o n.º 11 do artigo 12º do Código do Imposto sobre Sucessões e Doações é mais abrangente do que o agora proposto pelo PCP na alínea c) ao pretender limitar a isenção apenas à transmissão de imóveis destinados à realização dos fins estatutários das pessoas colectivas de utilidade pública».

De igual modo, «a alínea e) do artigo 5º dos Estatutos dos Benefícios Fiscais é mais abrangente do que o agora proposto pelo PCP na alínea d) que pretende limitar a isenção apenas aos prédios urbanos.»

Para o deputado socialista, «a formulação do PCP é, para além do mais, tecnicamente incorrecta porque a contribuição autárquica incide sobre os prédios e não sobre o seu eventual rendimento». **J. C. C. B.**

DEPUTADO BALTAZAR MENDES

Administração Pública

MODERNIZAR E REFORMAR O NOTARIADO



O deputado socialista Baltazar Mendes defendeu, no passado dia 30 de Junho, na sessão plenária da Assembleia da República, a reforma dos serviços de notariado.

«A liberalização do notariado português é desejável, porque necessária», disse, acrescentando que «é fundamental, no momento actual, conciliar a tradição histórica nacional, interrompida de forma abrupta e pela ditadura, com a funcionarização do notariado nos anos 50, com os demais países, nomeadamente os da União Europeia».

Para o parlamentar do PS, é urgente e necessário garantir a criação das condições necessárias para a concretização desta «importante reforma».

«O actual sistema notarial é aberrante e mesmo desfasado da tradição portuguesa. A sua incompatibilidade com as exigências práticas dos cidadãos e das empresas, é hoje incontornável», referiu.

Assumindo que a transição para o notariado latino privado deve ser progressiva, de modo a evitar quaisquer perturbações no actual sistema, o deputado do GP/PS avançou que a reforma em questão «implica a realização de um diálogo aprofundado com os notários e oficiais notariais que assegure esse mesmo processo gradual, com ganhos de eficácia, sem diminuição de garantias e integrada na via da desburocratização e simplificação da vida negocial dos cidadãos e das empresas».

«A complexidade da presente reforma tem diversas vertentes, a que não será alheio o facto de ser a primeira vez que em Portugal uma profissão muda completamente o seu estatuto, passando do funcionalismo público para um regime de profissionalismo liberal», considerou o parlamentar do

PS, que não deixou passar a oportunidade de chamar a atenção à oposição.

Baltazar Mendes criticou duramente o «oportunismo político» de que se revestem algumas pretensas soluções sugeridas, nesta matéria, pela bancada laranja.

Segundo o deputado socialista, não basta que alguns avancem com panaceias só no papel e no discurso, para aparentar um certo vanguardismo.

É que esses, na opinião de Baltazar Mendes, «são os mesmos que perante os problemas e os desafios que se colocam no âmbito desta reforma, remetem tudo para posterior regulamentação. É a política do depois logo se vê!»

Garantindo aos deputados do PSD que esse não é o caminho que a bancada do PS irá percorrer, o parlamentar sublinhou que «estão criadas as condições para avançar de forma segura e tranquila com tão importante reforma, sem prejuízo da obtenção dos consensos necessários para a sua rápida implementação e concretização».

«Os direitos dos trabalhadores não podem, em circunstância alguma, ser postos em causa», declarou, frisando que «não são os funcionários que devem ser mudados, é antes a funcionarização do notariado que está em crise».

Ao terminar a sua intervenção o deputado do PS Baltazar Mendes reforçou a ideia segundo a qual a reforma do notariado só faz sentido no âmbito de uma reforma mais vasta, como é aquela que está a acontecer na administração pública.

«A administração pública não existe para se servir dos cidadãos, considerando-os como meros utentes apenas com deveres mas sem direitos. Pelo contrário, a administração tem no serviço que presta aos cidadãos a sua razão de ser e de existir», concluiu.

MARY RODRIGUES

SAÚDE

Requerimento

PELA RETOMA DO PROGRAMA DE TRANSPLANTES RENAI

Os deputados socialistas Fernanda Costa e Aires de Carvalho requereram, no passado dia 21 de Julho, ao Ministério da Saúde informações sobre «as razões que efectivamente determinaram a suspensão do Programa de Transplantes Renais do Hospital Garcia da Orta, em Almada».

Os parlamentares do PS solicitaram igualmente saber se a tutela da ministra Maria de Belém pretendia ou não retomar na referida unidade hospitalar o programa em questão e quando, caso a resposta fosse afirmativa. Recorde-se que o Serviço de Nefrologia do Hospital Garcia da Orta iniciou a sua actividade há sete anos, tendo desenvolvido, até 1997, um importante papel no tratamento e apoio a mais de 300 doentes insuficientes renais crónicos terminais na sua região de actuação.

«Aliás, é de referir que graças ao empenhamento e ao entusiasmo de vários profissionais, técnicos e especialistas, cedo os programas de hemodialise crónica ambulatória começou a dar frutos, já que foi obtida a adesão ao projecto por parte do

Conselho de Administração do Hospital», lê-se no texto do requerimento.

Apesar dos resultados práticos e dos pareceres positivos que este programa foi arrecadando, em Agosto de 1997 o Coordenador da Organização Portuguesa de Transplantação exige ser ouvido em todo o processo de licenciamento de uma unidade de transplantação renal no Garcia da Orta, destinada a servir essencialmente a população da Península de Setúbal.

A notificação para a transferência de todos os doentes crónicos renais consultados no Garcia da Orta e inscritos na listas de espera para outras unidades congêneres resultou, segundo Fernanda Costa e Aires de Carvalho, na instalação da confusão e do desânimo facilmente visíveis.

Para os deputados do GP/PS, «será deveras importante o reconhecimento das potencialidades inegáveis da existência deste serviço no Hospital Garcia da Orta, já que, poder-se-ia tornar num pólo direccionado para todos os insuficientes renais crónicos a sul do Tejo». **M.R.**

GP/PS

Lei de Bases da Segurança Social

NÃO À CHICANA POLÍTICA

A bancada laranja tem atrasado sistemática e estrategicamente a discussão da Lei de Bases da Segurança Social, visando objectivos que nada têm a ver com o sector em causa nem com os interesses dos portugueses.

O alerta foi lançado, no passado dia 22 de Junho, numa declaração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) em que os camaradas deputados garantem ter contribuído para a criação de condições para a aprovação do quadro legal em questão ainda na presente legislatura.

O processo conducente à aprovação da Lei de Bases da Segurança Social está na sua fase final. «Infelizmente, entre os partidos da oposição o PSD tem-se destacado, nesta fase final dos trabalhos parlamentares, pela criação de obstáculos a uma célere conclusão da discussão da lei, provocando o

arrastamento excessivo desses trabalhos», denuncia-se no texto da declaração.

«O PS continua disponível para ocupar todo o tempo que for necessário para a discussão na especialidade que está em curso, de modo a assegurar a aprovação da lei até ao termo desta legislatura», garantem os socialistas, frisando, porém, que «o PS não se deixará envolver em manobras processuais destinadas a prolongar artificialmente a actual sessão legislativa».

A bancada socialista sublinha na declaração que os partidos com representação parlamentar acordaram uma data como limite temporal para a conclusão dos trabalhos e «esse acordo deve ser respeitado».

«O PS não permitirá que a discussão da Lei de Bases da Segurança Social se transforme num instrumento de chicana política», conclui a declaração. **M.R.**

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO SERÁ PRIORIDADE DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

O desenvolvimento da Sociedade da Informação será a grande aposta da presidência portuguesa da UE para a área da investigação científica, no primeiro semestre de 2000.

A informação partiu do ministro da Ciência e Tecnologia de Portugal, José Mariano Gago, que participou recentemente na reunião ministerial «Investigação» da União Europeia, em Bruxelas.

Na sua deslocação à capital belga, o ministro estabeleceu contactos com a Comissão Europeia com vista à organização, sob a presidência portuguesa, de uma grande conferência ministerial de relançamento da Iniciativa Europeia para a Sociedade da Informação (tecnologias informáticas, «auto-estradas» electrónicas).

Trata-se de um projecto do comissário europeu responsável pelo pelouro da indústria, tecnologias da informação e telecomunicações, Martin Bangemann, que visa reduzir o atraso da Europa face aos Estados Unidos no tocante ao acesso do público e das empresas aos computadores e à Internet.

A conferência deverá esclarecer o que distingue a Europa dos EUA nesta área estratégica abrangendo um vasto número de domínios, que vão desde os Direitos de Autor até à protecção de menores, referiu Mariano Gago.



Dada a coincidência temporal entre o «bug/problema» do ano 2000 (risco de colapso de certos sistemas informáticos) e o início da presidência portuguesa da União, é provável que a questão suscite, na ocasião, o debate

ao nível dos Quinze.

«Dois ou três meses depois do início do ano, já será possível aos Estados-membros retirar conclusões sobre o impacto do "problema"», prevê o ministro. Portugal compromete-se ainda a

diligenciar no sentido do incremento da cooperação UE-Mediterrâneo no mesmo sector das tecnologias da informação.

A cooperação científica, em geral, e na área da Sociedade da Informação, em particular, entre os países da orla mediterrânica foi discutida no Conselho de investigação dos Quinze.

Os ministros concluíram pela necessidade de utilizar, quanto antes, os dinheiros subaproveitados no quadro do programa comunitário MEDA, no valor de 4 500 milhões de euros (900 milhões de contos), dos quais cerca de 15 por cento destinados à política de Investigação e Desenvolvimento.

A Comissão Europeia ficou encarregada de apresentar, até ao fim do ano, propostas, as quais deverão ser objecto de debate em reunião conjunta dos ministros de todos os países envolvidos na cooperação euro-mediterrânica, a decorrer possivelmente em Portugal.

Traduzindo o sentimento generalizado no Conselho da UE, o ministro português considerou inadmissível que as relações comerciais, económicas, sociais e culturais entre as duas margens do Mediterrâneo careçam de «um paralelo na Ciência».

Mariano Gago exemplificou com o facto de grande parte da investigação oceanográfica na região mediterrânica ser feita pelos EUA.

GALINHAS CONQUISTAM MAIS ESPAÇO

Uma galinha a menos por gaiola até à abolição total foi a batalha ganha no Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, que no dia 15 de Junho acordou em abolir faseadamente as baterias convencionais de gaiolas nos aviários.

Segundo um comunicado da Associação Nortenha de Intervenção no Mundo Animal (ANIMAL) - que nos últimos dias patrocinou uma campanha publicitária em vários jornais portugueses, chamando a atenção para as «condições antinaturais» em que vivem as galinhas de aviário -, esta medida foi «uma grande vitória».

A primeira fase de abolição das baterias convencionais de gaiolas nos aviários começará em 2002 e, a partir dessa data, as galinhas terão um espaço de 550 centímetros quadrados, ou seja, uma galinha a menos por gaiola.

Nos novos aviários, as baterias de gaiolas não serão permitidas a partir de 1 de Janeiro de 2003.

A ANIMAL afirma desconhecer, para já,



pormenores sobre as medidas, adiantando que as baterias deverão ter 750 centímetros quadrados, dos quais 600 devem ser de pavimento utilizável, a que se soma

a área do ninho e do poleiro.

Até 2012 deverão estar abolidas as baterias convencionais de gaiolas nos aviários. Neste acordo, apenas Espanha votou con-

tra. Portugal, França e Grécia votaram a favor.

A Comissão e o Conselho comprometeram-se a exercer pressão sobre os países de fora da União Europeia contra as baterias de aviário, para «assegurar condições de concorrência equivalentes» entre os produtores da UE e os restantes.

«Independentemente das suas motivações, eles vão igualmente trabalhar a favor dos interesses dos animais».

Foi também proferida uma declaração na qual se diz nomeadamente que, «a nível internacional, as regras respeitantes ao bem-estar dos animais deverão constituir um dos pontos fundamentais do mandato negocial para a ronda do milénio».

A ANIMAL, apoiada em associações congéneras europeias, tem alertado para a forma de vida das galinhas, «condenadas a viver em gaiolas de aviário» de poucos centímetros, «em condições antinaturais, nas quais não podem sequer estender as asas e que lhes provocam horribes deformidades».

COOPERAÇÃO DEFINIDA PARA O TRIÉNIO 1999-2001

Portugal está a intensificar os laços de cooperação com Cabo Verde. Exemplo paradigmático é o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 1999-2001, assinado recentemente na Cidade da Praia e que visa definir parâmetros reguladores para as áreas sociocultural, técnico-económica, financeira e empresarial entre Portugal e Cabo Verde.

Associando as modalidades de cooperação oferecidas por Portugal aos objectivos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde, o PIC será materializado em planos indicativos anuais que incluem os programas e projectos definidos a concretizar. Segundo dados de 1997, Portugal contribuiu em 75 por cento, 2,4 milhões de contos portugueses, para o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Cabo Verde e, no domínio das relações comerciais, ocupou o primeiro lugar como importador e exportador.

No triénio 1995-98 o programa-quadro de cooperação centrou-se na capacitação institucional do sector estatal aos níveis central e local (assistência técnica, consultoria e apoio técnico), valorização dos recursos humanos ao nível da formação de base (educação e ensino), formação profissional e técnico-profissional e na cooperação económica e financeira, particularmente no apoio ao sector privado.

Nos próximos três anos, a cooperação portuguesa assentará na valorização das opções de desenvolvimento do Governo cabo-verdiano, dos factores de ligação entre os dois países nas diferentes áreas e sectores de intervenção, no reforço da parceria com instituições multilaterais, nomeadamente o Banco Mundial, as Nações Unidas e a União Europeia, e no reforço da participação na cooperação de âmbito regional no quadro da CPLP ou no do segundo Programa Indicativo Regional para os PALOP (PIR/PALOP II).

Reforço do apoio aos sectores sociais

«Nesta perspectiva a intervenção da cooperação portuguesa deverá contribuir para o reforço do apoio aos sectores sociais, particularmente no domínio da educação e formação profissional, da cultura e saúde, bem como para a promoção do crescimento económico, numa base de competitividade, desenvolvendo o sector privado e o emprego», refere o documento.

Para a realização do PIC 1999-2001 Portugal afectará 19,5 milhões de contos portugueses, dos quais 10,9 milhões para a cooperação financeira e multilateral.

Em termos de eixos de cooperação, a valorização dos recursos humanos e culturais receberá 3,2 milhões de contos, o apoio ao desenvolvimento socioeconómico 2,5 milhões e a consolidação das ins-



tuições dois milhões.

No capítulo da valorização dos recursos humanos, contemplando sobretudo os sectores da educação e ensino, formação profissional, cultura e património histórico, Portugal disponibilizará uma linha de crédito de 950 mil contos, por quatro anos, destinada à concessão de bolsas-empréstimo bonificadas em 50 por cento como suporte financeiro para estudantes do pós-secundário, apoiará um projecto de formação de recursos humanos na área das pescas (40 mil contos) e um programa de construção de novas escolas (360 mil contos para o triénio).

A manutenção dos leitores do Instituto Camões e dos cooperantes do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), a dinamização de protocolos no âmbito do ensino superior, a concessão de bolsas de estudo pelo ICP (140 mil contos em 1999), bem como o financiamento do projecto de arquitectura do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e o projecto de recuperação da «Casa cor-de-rosa» (futuro centro cultural luso-cabo-verdiano, com 136 mil contos) são outros projectos para o triénio. No campo do apoio ao desenvolvimento socioeconómico, classificado «um dos domínios mais expressivos e dinâmicos da cooperação portuguesa nos últimos anos», o projecto de modernização da aerogare do Sal receberá 860 mil contos, a segunda fase de ampliação do Porto do Maio um milhão de contos, a bonificação do empréstimo contraído pela Cabmar 189 mil contos e o programa de bonificação de taxas de juro e incentivos a projectos de investimento empresariais 93 mil contos em 1999.

Relativamente ao apoio à consolidação das instituições, «um dos eixos de intervenção

tradicional da cooperação portuguesa», destacam-se o programa técnico-militar nas áreas do exército, marinha e força aérea, que receberá 110 mil contos em 1999, o programa de cooperação na área da segurança interna 67 mil contos este ano, acções na área da viação e trânsito cerca de 25 mil contos e o projecto para a administração da Justiça 31 mil contos e o programa de apoio ao emprego (PREP) 40 mil contos.

O programa de cooperação na área da Comunicação Social, iniciado no triénio anterior, terá no ano em curso uma dotação de 157 mil contos.

A promoção das condições sociais e da saúde receberá 730 mil contos, incluindo 360 mil contos de ajuda alimentar de emergência, enquanto para a cooperação intermunicipal se prevê uma verba de 130 mil contos.

A contribuição para organismos multilaterais e cooperação financeira, para que está reservado o montante indicativo de 10,9 milhões de contos, inclui o valor da facilidade de crédito concedida por Portugal no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial, podendo ascender a nove milhões de contos.

Para 1999 está prevista a realização do desembolso da segunda tranche do empréstimo intercalar no valor de 1,2 milhões de contos, que servirá para «acudir a uma situação pontual de atraso na obtenção de receitas do «trust fund off shore» criado para racionalizar a dívida pública cabo-verdiana» e no qual Portugal participa com uma doação de cinco milhões de dólares. O Programa Indicativo Anual para 1999, que funcionará também como «extensão de projectos resultantes do programa-quadro 1995-98», prevê a aplicação de 13,6

milhões de contos nos eixos de cooperação definidos para o triénio em curso, com o apoio ao desenvolvimento socioeconómico a ser dotado de uma verba de 1,1 milhões de contos, a valorização dos recursos humanos um milhão e a cooperação financeira 10,1 milhões de contos.

Quanto a estes valores, Luís Amado, secretário de Estado da Cooperação, afirmou que «são firmes e estão regulamentados no Orçamento de Estado», enquanto para 2000 e 2001 serão feitas rectificações anuais.

Segundo o documento, «em matéria de programação considera-se desejável a adopção de uma «programação deslizada» que permita na medida das disponibilidades orçamentais do Governo português o aumento do envelope financeiro associado ao presente programa».

Primeiras acções no ensino

Os primeiros projectos a arrancar no âmbito do programa incidirão no ensino.

«Em resposta a uma grande necessidade do ensino em Cabo Verde, as primeiras acções serão nesse campo», confirmou Amado.

Segundo o secretário de Estado, no próximo ano lectivo o grupo de jovens professores de Português a leccionarem no ensino secundário em Cabo Verde (cerca de 25 actualmente) no âmbito de um acordo estabelecido em 1998, será aumentado.

«Dadas as grandes necessidades de recursos humanos para a sustentação do sistema de ensino em Cabo Verde, no ano lectivo 1999-2000 esse programa será seguramente enquadrado na reprogramação para os próximos anos», disse.

REDE DE CENTROS PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Criar uma rede nacional de centros de reabilitação profissional é a meta prioritária para o secretário de Estado do Emprego, Paulo Pedroso.

«A reabilitação profissional é uma prioridade do Governo reconhecida no Plano Nacional de Emprego», sublinhou o governante, que falava, no dia 30, no Porto, no âmbito da assinatura e homologação do protocolo que institui o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) como centro de reabilitação profissional de gestão privada.

De acordo com o secretário de Estado, «está já previsto um reforço de verbas no próximo Quadro Comunitário de Apoio destinadas ao conjunto de cidadãos desfavorecidos no mercado de trabalho, designadamente deficientes».

Paulo Pedroso, que esteve acompanhado do secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, considerou que o protocolo assinado representa «um passo muito significativo» para a criação de uma rede nacional de centros de reabilitação e formação profissional, prevista desde 1989.

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, que funciona desde 1992 «numa base precária», é o primeiro centro de reabilitação profissional a ser regula-



mentado.

O secretário de Estado da Inserção Social defendeu que o emprego continua a ser «uma componente fundamental para a integração dos cidadãos portadores de deficiência», salientando o trabalho do centro de Gaia.

Na cerimónia foi também homenageado um grupo de empresários que contrataram formandos do centro que possuem

diferentes tipos de deficiência - física, mental ou sensorial.

Cerca de 50 empresas mantêm nos seus quadros trabalhadores com deficiência e «continuam a reconhecer a mais valia desta população», sustentou o director da instituição, salientando que «os empresários ganham não só das capacidades dos formandos, que na maior parte dos casos são erradamente subvalorizadas, mas

também de benefícios financeiros e fiscais».

Em declarações à Comunicação Social, Carlos Oliveira, um empresário que tem a seu cargo dois funcionários com deficiência, manifestou-se muito «satisfeito» com a experiência.

Proprietário de uma empresa de telecomunicações sediada em Matosinhos, Carlos Oliveira manifestou a intenção de contratar mais um formando do CRPG, especialista em gestão de rede de informática.

Com o protocolo, o CRPG constitui-se como «um recurso estratégico» para as empresas, que sem custos poderão beneficiar de informação e consultoria no recrutamento e selecção, apoios a contratação, ajudas técnicas e adaptação de postos de trabalho de pessoas com deficiência.

As entidades empregadoras poderão ainda ter apoio do centro para reconversão profissional dos seus trabalhadores vítimas de doença ou acidente, que tenham necessidade de reorganizar a respectiva carreira profissional.

Segundo Jerónimo Sousa, director do centro, a taxa de integração média é de 82 por cento e, desde 1992, cerca de seis mil deficientes beneficiaram dos serviços da instituição.

PORTUGAL ESTÁ MELHOR

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira garantiu, no dia 30 de Junho, no Porto, que a taxa de saneamento em Portugal passou nos últimos quatro anos de 21 por cento para 55 por cento, com uma capacidade instalada de 70 por cento.

Elisa Ferreira, que falava no encerramento de um ciclo promovido pela edilidade portuense sobre ambiente e desenvolvimento, fez o balanço dos investimentos promovidos pelo Governo socialista neste sector e lançou críticas veladas à anterior gestão do *dossier* ambiental.

«Em 1995 fez-se uma avaliação da situação nacional, que não era nada brilhante. Havia carências no abastecimento de água, saneamento e noutras necessidades básicas», denunciou a governante, acrescentando que essas carências eram «excessivas para um País que quer estar na União Europeia no fim do século XX».

Segundo os dados avançados por Elisa Ferreira, Portugal dispunha em 1995 de uma taxa de saneamento de 21 por cento, sendo os restantes esgotos «despe-

jados directamente nos rios e mar».

No que toca ao destino final e tratamento de lixos urbanos, a situação era pouco melhor, já que, segundo a ministra, apenas 24 por cento dos resíduos eram tratados.

No final do ano, «depois de fechadas mais de 200 lixeiras e com 21 dos cerca de 30 sistemas intermunicipais previstos a funcionar», a taxa de tratamento dos resíduos urbanos atingirá os 94 por cento, «número de que os portugueses podem orgulhar-se».

Elisa Ferreira salientou ainda a grande aposta do Executivo no reforço do abastecimento de água, adiantando que no final deste ano seis milhões de portugueses serão abastecidos por sistemas empresariais.

A ministra do Ambiente recordou que em há quatro anos atrás os valores relativos ao abastecimento de água eram melhores dos que noutros sectores como o tratamento de lixos e saneamento, mas «apenas estatisticamente, porque havia quantidade mas falta de qualidade da água e dos serviços».

Referindo-se ao caso específico da Área Metropolitana do Porto, Elisa Ferreira recordou que alguns valores eram muito inferiores à média nacional em 1995, como no caso da taxa de saneamento, que se ficava por apenas 5 por cento e deixando de lado concelhos tão populosos como Porto e Gaia - cujos esgotos são ainda deitados directamente para o Douro e para o mar.

Esta estratégia governamental, segundo a governante, é diferente da seguida até 1995, quando se «pensava apenas no crescimento do PIB e estradas».

«Portugal viveu neste equívoco durante muito tempo. Às vezes é necessário as situações chegarem a uma pré-ruptura para que se veja que desenvolver é diferente de crescer», acrescentou.

Como exemplo, a ministra avançou com o caso do Vale do Ave, onde «crescer sem desenvolvimento levou a que esgotos de fábricas estivessem colocados no mesmo sítio onde as câmaras recolhiam água para abastecimento».

«A água era tratada à entrada, mas não à saída. Não se pensava em gastar duas

vezes dinheiro. Agora, qualquer industrial que inicia a produção tem de pagar não apenas a água e a electricidade que consome mas também os esgotos que despeja para a comunidade», afirmou.

E tendo em vista alterar a mentalidade nacional no que toca às questões ambientais, o Governo tem promovido acções de educação ambiental em escolas de todo o País, dentro do princípio de que «a criança que hoje deita um papel ao chão é o empresário que amanhã dirá que a comunidade é que deve pagar os seus esgotos».

De qualquer modo, a questão ambiental ainda não é totalmente pacífica em Portugal, pelo que Elisa Ferreira considerou que «estes assuntos exigem um grande debate público e um amadurecimento para evitar que sejam usados para outros fins que não os legítimos: fins políticos ou mediáticos».

Colmatadas as carências prioritárias em termos ambientais, a política do futuro passará, para a titular da pasta do Ambiente, pela melhoria da qualidade do ar e pelo combate ao ruído.

RENDIMENTO MÍNIMO

Guterres afirma

PRIORIDADE É AGORA A INSERÇÃO

O primeiro-ministro congratulou-se no passado dia 1 de Julho pelo facto do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) ter ganho maturidade nos dois anos de generalização, adiantando que «a prioridade máxima a partir deste momento está na inserção».

António Guterres falava na reunião de avaliação das Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) do RMG, em Castelo Branco, e à qual compareceu acompanhado dos ministros do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, da Saúde, Maria de Belém Roseira, e adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, e dos secretários de Estado da Inserção Social e do Emprego e Formação, Rui Cunha e Paulo Pedroso, respectivamente. Classificando de notável o número (80 mil) de pessoas que tendo recorrido ao programa «já deixaram de precisar do RMG», o chefe do Governo defendeu a necessidade do mesmo acontecer com muitos mais beneficiários.

A resposta foi dada por Ferro Rodrigues, que divulgou a assinatura no dia 1 de um protocolo entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Instituto para o Desenvolvimento Social criando um novo programa, Horizontes 2000, Formação para a Inserção.

O ministro referiu que através deste programa 10 mil beneficiários do RMG terão até ao fim do ano uma oportunidade de formação ou colocação profissional, seguindo a metodologia já prevista no Plano Nacional de Emprego, o que envolverá um investimento de «centenas de milhares de contos».

A «vivência de missão» e a «militância empenhada» de todos quantos integram as 323 CLA existentes em todo o País foi realçada pelo primeiro-ministro, que declarou confiar no seu esforço para se conseguir romper mesmo com «o núcleo duro da exclusão».



Recordando o seu contacto ainda criança e no distrito onde no dia 1 se realizou o encontro das CLA com «a grande miséria», António Guterres referiu ser essa a génese da sua vocação política e declarou-se recompensado ao ver «como tantos se mobilizam agora para combater a pobreza».

390 mil beneficiários

Lembrou ainda o depoimento de um homem do concelho do Fundão com um nome igual ao seu (António), que acabara de ler na exposição de projectos das CLA.

Depois de seis anos desempregado e através do RMG, António está integrado no Programa Ocupacional e «conseguiu encontrar esperança».

«Só para ler aquele testemunho teria valido a pena vir cá», salientou o primeiro-ministro.

Os números destes dois anos de generalização do RMG foram deixados para o ministro da tutela.

Ferro Rodrigues apontou os 390 mil

beneficiários, «pessoas que vivem hoje em condições de muito maior dignidade», os 100 mil que actualmente cumprem programas de inserção e os nove mil que encontraram colocação profissional.

Também não esqueceu os 10 mil pessoas que «recuperam a escolaridade que não puderam completar», as 12 mil crianças que «retomaram o caminho da escola e da aprendizagem» e os três mil em percursos de desintoxicação do alcoolismo e da toxicod dependência.

Ferro Rodrigues considerou, no entanto, que a ocasião é «de comemoração, mas não de euforia».

Adiantou que o caminho a fazer agora «é tanto ou mais exigente do que o já percorrido».

Declarando-se convicto de que na avaliação reside parte importante do sucesso de qualquer política, o ministro assegurou pretender manter e aprofundar tal via, à semelhança do que sucede com as acções de fiscalização, que já deram origem a cessação de prestações e à reposição de verbas indevidamente recebidas.

Agradecendo aos técnicos das CLA «pela expressão que ajudaram a dar às convicções de justiça social e solidariedade que têm procurado orientar toda a actuação» do seu ministério, Ferro Rodrigues recordou: «Contribuir para que cada cidadão possa ser mais cidadão, possa ser mais parte da comunidade, seja a razão que nos move e o motivo que nos estimula.»

Consciência solidária

A reunião das CLA continuou da parte da tarde com a troca de experiências no âmbito da inserção e desenvolvimento.

Entretanto, em comunicado emitido no dia 1 de Junho, o Governo agradeceu publicamente às 5864 instituições públicas

e privadas que, ao longo de dois anos, que se completaram no dia 1, permitiram levar o Rendimento Mínimo Garantido a 400 mil cidadãos portugueses.

Em comunicado, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Ferro Rodrigues, considera que os resultados do novo direito social são um «sinal da consciência solidária que o país dá provas de possuir».

«É este esforço empenhado, esta dedicação exemplar que exige neste dia uma palavra de particular apreço e gratidão, sentimentos que estou certo são os de todos os portugueses para quem a solidariedade é uma referência permanente de vida e conduta», escreve Ferro Rodrigues.

De acordo com os dados oficiais, o Rendimento Mínimo Garantido já permitiu o regresso às escolas de 12 mil crianças, a educação adulta a 10 mil pessoas, serviços de saúde a 7000 pessoas e melhor qualidade habitacional a 8000 famílias.

O Rendimento Mínimo também já permitiu que mais de 80 mil pessoas tivessem encontrado «fontes alternativas e autónomas de rendimento», deixando a ajuda estatal.

Este ano, o Estado dispõe de cerca de 50 milhões de contos para investir neste «importante programa social».

«Mais de 100 mil pessoas beneficiam já de processos de inserção social, mas ainda estamos longe de atingir o objectivo que ambicionamos», reconhece o ministro.

«O aprofundamento do sucesso do Rendimento Mínimo - concluirá - dependerá sobretudo do empenho e dedicação que técnicos e instituições, em todo o país, continuem a colocar neste trabalho imenso, mas simultaneamente tão gratificante, de contribuir para que Portugal seja uma comunidade de inclusão e em que a solidariedade para com todos os que vivem situações de particular fragilidade seja um valor das nossas práticas quotidianas.»

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Vigilância no litoral

VERÃO QUENTE MAS SEGURO

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho anunciou, no dia 4, em Lisboa, que a vigilância no litoral português contará, este Verão, com um total de 4 300 efectivos da PSP e da GNR.

A medida visa reforçar a fiscalização de modo a que nacionais e estrangeiros tenham «férias nas praias com segurança e tranquilidade».

Trata-se de um reforço de 34 por cento da operação «Verão Seguro'99» em relação à mesma campanha, no ano anterior, revelou o responsável pela pasta da Administração Interna.

O balanço da campanha estival, que este

ano se realiza pela terceira vez, é «extremamente positivo» adiantou Jorge Coelho, numa conferência de Imprensa, na Costa de Caparica, onde expressou também a sua gratidão aos agentes da autoridade «que trabalham enquanto outros descansam», em férias.

Segundo números revelados no encontro com jornalistas, entre 1995 e 1998, o número de portugueses que gozou férias aumentou cerca de 13 por cento, isto é mais de 3,6 milhões de pessoas com mais de 15 anos.

Cerca de dois terços das pessoas que gozam férias fazem-no fora da sua área de residência, na praia, e mais de 95 por

cento nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

A campanha «Verão Seguro» consiste na mobilização de importantes meios humanos e materiais das Forças de Segurança, concentrados na faixa litoral do continente, de Vila Real de Santo António a Coimbra.

Simultaneamente, os cidadãos são sensibilizados para determinados tipos de criminalidade, mais ligados às zonas de veraneio e as autoridades aumentam os conselhos sobre como defender os bens que «não vão de férias».

Os custos directos associados ao reforço do patrulhamento e à sensibilização

dos veraneantes são estimados em 180 mil contos.

Em 1998, Portugal recebeu 11,2 milhões de turistas. Cada um deles gastou, em média, 241 contos.

De Junho a Dezembro, cerca de 1 272 estrangeiros dirigiram-se às esquadras de Lisboa e Porto vocacionadas para os problemas dos turistas, mas só 60 por cento dessas pessoas tinham de facto queixas relacionadas com a pequena criminalidade.

A maioria lastimava-se da falta de dinheiro, seguindo-se aqueles a quem tinham desaparecido documentos, e depois, os que declararam terem dado pela falta de cartões de crédito.



Albufeira

Autarquia promove Festa dos ATL's

De 5 de Julho até amanhã, 9 de Julho, decorre no foyer do Auditório Municipal de Albufeira uma exposição de trabalhos dos ATL's - Centros de Actividades de Tempos Livres daquela localidade.



Amanhã, dia 9, a partir das 21 horas realiza-se, também, no Auditório Municipal, a Festa dos Encerramento do Ano Lectivo dos ATL's.

O programa inclui representações teatrais, passagem de modelos, danças, visionamento de filmes e entrega de diplomas aos alunos finalistas.

Cascais

Música de Cabo Verde no Largo de Camões

No âmbito da gemação ente a vila de Cascais e a Ilha do sal, em Cabo Verde, a Câmara Municipal de Cascais promoveu um espectáculo de música cabo-verdiana com Nhonane e o Grupo Vulcão de Fogo, que decorreu no dia 3, à noite, no Largo de Camões, em Cascais.



Este espectáculo contou com a participação especial do Grupo das Mulheres de Batuque de Cabo Verde, que é composto por cerca de duas dezenas de residentes

no bairro das Marianas, na Parede, e que se formou com o apoio do PER - Plano Especial de Realojamento desta autarquia.

Fafe

II Encontro de Emigrantes Fafenses

A Câmara Municipal de Fafe vai promover o II Encontro de Emigrantes Fafenses no próximo dia 7 de Agosto.

A iniciativa da autarquia tem como objectivo juntar e conhecer os cidadãos naturais do concelho que deixaram a sua terra, para o País ou o estrangeiro.

É uma ocasião única para o convívio, a troca de opiniões entre os fafenses que, por um motivo ou outro, tiveram de abandonar a sua cidade ou aldeia natal.



O programa do Encontro integra uma sessão de troca de ideias e pontos de vista, às 17 horas, no Estúdio Fénix, onde os emigrantes poderão expor os seus problemas, colocar dificuldades e saber o que pensa o município de Fafe dos assuntos que entendam.

A sessão é seguida de um jantar de confraternização entre todos os participantes. À noite, actua a conhecida cantora Cândida Branca Flor, na Arcada.

Beneficiação de caminhos florestais

A Câmara Municipal de Fafe aprovou a execução de duas obras de beneficiação de caminhos florestais no concelho, de forma a possibilitar um mais fácil acesso à mancha florestal dos autotranques habitualmente utilizados no combate aos fogos.

Teatro Vitrine esteia com peça de Camilo

Decorre amanhã, dia 9, a partir das 21 e 30, no Estúdio Fénix, em Fafe, a estreia de um jovem grupo de teatro - Teatro Vitrine - que levará à cena a peça «O Morgado de Fafe em Lisboa», da autoria de Camilo Castelo Branco.

A entrada é livre e a direcção artística e encenação estão a cargo de António D'Abreu Araújo.

Felgueiras

Obras da variante a Felgueiras já arrancam

As obras de construção da variante à cidade de Felgueiras arrancam recentemente. O prazo de execução previsto é de 500 dias.



A construção desta primeira fase da variante à EN 101, que funcionará como circular e via estruturante à cidade de Felgueiras, permitirá não só retirar muito trânsito automóvel do centro da cidade, como também um desenvolvimento mais equilibrado da zona urbana.

Montemor-o-Velho

Projecto transnacional MundiEmpresa

Montemor-o-Velho, através da sua autarquia, irá integrar um projecto de cooperação transnacional, cujo líder tem sede em Huelva, Espanha, com a denominação Recite II MundiEmpresa.

Este projecto tem como parceiros as localidades de Montemor-o-Velho, Tenerife (Espanha), Cagliari e Ancona (Itália) e Atenas (Grécia) e visa a criação de sinergias horizontais na Europa, no domínio empresarial.

Tendo em conta as suas áreas de intervenção, Montemor-o-Velho irá participar nos domínios de dinamização do sector de produção de carne e seus derivados e no sector do meio ambiente.

O projecto prevê o financiamento de peritos que elaborem estudos de diagnóstico da realidade, o encontro dos problemas que afligem os sectores e ainda as potencialidades da área de intervenção.

Ovar

Inaugurado Jardim Público de Esmoriz

No passado dia 4 o presidente da Câmara Municipal de Ovar, Armando França, presidiu à inauguração do Jardim Público de Esmoriz, no âmbito das come-

morações do sexto aniversário da cidade.

O Jardim Público de Esmoriz é uma importante obra municipal, cuja inauguração constituiu um especial momento para a cidade de Esmoriz, pois confere à urbe uma valorização urbanística desde há muito ansiada.



Este Jardim Público é uma infra-estrutura projectada e construída que obedece a uma estratégia de promoção da qualidade de vida e criação de espaços de lazer e equilíbrio para a cidade de Esmoriz.

Porto

Presidente inaugura 200 fogos da Cooperativa do Ilhéu

No passado dia 4 o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, deslocou-se à Cooperativa do Ilhéu em Campanhã, onde procedeu à inauguração de cerca de 200 fogos.

Fernando Gomes aproveitou esta sua presença na Cooperativa do Ilhéu, onde a autarquia está a construir mais 180 fogos, para fazer um ponto da situação sobre a habitação na Cidade Invicta.

Vila Nova de Cerveira

Novo parque de campismo em Covas

O novo Parque de Campismo de Cerveira, localizado na freguesia de Covas, foi inaugurado com o I Acampamento do Vale do Minho, que decorreu de 18 a 20 de Junho.

O Parque, que se situa nas faldas da Serra d'Arga, junto ao rio Coura, vai dispor de um polidesportivo, de uma barragem e de uma praia fluvial.

O recinto, inserido em zona natural e a nove quilómetros de um no da A 3 (Porto-Valença), terá ainda um restaurante regional, sala de convívio, piscinas e bungalows.

Trata-se de uma aposta da autarquia no desenvolvimento do turismo da região, permitindo aos visitantes um contacto directo com o meio rural.

CONSELHO

Internacional Socialista

DEBATE ENTRE SOCIAL-DEMOCRATAS E ADEPTOS DA «TERCEIRA VIA»

O conselho da Internacional Socialista (IS), que se realizou nos dias 25 e 26 de Junho, em Buenos Aires, foi dominado pelo debate entre os socialistas ou social-democratas e os liberais humanistas adeptos de uma «terceira via». O debate só deverá terminar no Congresso da IS agendado para Paris, entre os dias 8 e 10 de Novembro. O PS fez-se representar no encontro pelo secretário para as Relações Internacionais, José Lamego, e por Conde Rodrigues. Os trabalhos foram abertos pelo antigo primeiro-ministro francês Pierre Mauroy, que em Novembro abandona a presidência da IS.

A agenda de trabalhos incluiu a apresentação, pelo antigo chefe do Governo espanhol Felipe González, de um relatório sobre a necessária adaptação da IS à globalização, no limiar do século XXI. No anterior congresso da IS, em Nova Iorque, em 1996, os participantes acordaram na necessidade de dinamizar o funcionamento da Internacional socialista e em confiar esta missão a González. A IS agrupa 127 partidos: 79 como membros de pleno direito, 28 como membros a título consultivo e 20 como observadores. As fileiras da organização engrossaram consideravelmente com a adesão de vários antigos partidos comunistas dos países de Leste após a queda do muro de Berlim. O relatório do antigo primeiro-ministro espanhol passa em análise sete tópicos, entre os quais a revolução tecnológica e a globalização, os efeitos da globalização sobre a economia e o sistema financeiro e a necessidade de renovar a social-democracia. O debate sofreu um «sobressalto» no Outono com a convocação para Londres de uma conferência sobre a necessidade de ponderar uma «terceira via» entre liberalismo e socialismo. A iniciativa partiu do presidente norte-americano, Bill Clinton, e do primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

rios antigos partidos comunistas dos países de Leste após a queda do muro de Berlim.

Terceira via? Não, obrigado

Na altura, os socialistas franceses encararam a iniciativa como uma declaração de guerra contra a IS. Mas, para além dos socialistas franceses, grandes personalidades do movimento socialista têm manifestado o seu descontentamento face aos adeptos da chamada «terceira via» que vão renegando sob a capa da modernização valores e princípios essenciais do socialismo democrático que sempre se actualizou sem precisar de se descaracterizar e renegar os seus princípios básicos.

AÇORES

Reunião do Secretariado

O Secretariado do PS/Açores reuniu no passado dia 4 em Angra do Heroísmo, sob a presidência do camarada Carlos César. Da ordem de trabalhos constou a análise da situação política regional e nacional, nomeadamente a apreciação sobre a lista de candidatos do PS pelos Açores à Assembleia da República. Os socialistas dos Açores debateram igualmente matérias relacionadas com o Programa Eleitoral Nacional do PS respeitante às Regiões Autónomas.

FAFE

Nova sede

Os socialistas de Fafe têm desde o dia 24 de Abril uma nova sede, menos central, mas mais ampla e cómoda que substituiu a que serviu os militantes durante mais de duas décadas, em pleno centro urbano, mas que deixou de ter condições e comodidade para corresponder ao que se espera de uma sede capaz de proporcionar condições para um bom trabalho político. Recorde-se que a inauguração da nova sede decorreu ao fim da tarde do dia 24 de Abril, no quadro de uma festa de confraternização que antecedeu o tradicional jantar comemorativo do 25 de Abril e que juntou largas centenas de militantes e simpatizantes socialistas na Escola Secundária de Fafe. A apadrinhar a cerimónia de inauguração estiveram presentes, entre outros, os camaradas António José Seguro, dirigente nacional do PS, e António Reis, secretário-coordenador da Federação de Braga.

MADEIRA

Jardim ofende 40 mil

O PS/Madeira emitiu no passado dia 2 um comunicado a propósito das recentes declarações «ofensivas» do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim. Para os socialistas, «as palavras e as expressões ditas pelo presidente do Governo Regional cada vez mais caracterizam o político em decadência total. Falar do PS/Madeira como o partido da «ralé» significa estar a provocar e ofender 40 mil madeirenses que habitualmente votam no PS».

TROFA

PS aprova moção

Os socialistas da Trofa defendem o enterramento da linha ferroviária que atravessa a cidade, considerando que essa decisão do Governo poderá contribuir para uma «dinâmica de vitória» do PS no novo concelho. Numa moção aprovada recentemente numa reunião em que participaram o presidente da distrital do PS/Porto, Narciso Miranda, e o coordenador da Comissão Permanente, António José Seguro, os militantes socialistas salientam que é «importantíssimo» para o PS que a futura Câmara da Trofa «seja socialista».

Dinâmica de vitória

Referem ainda a «necessidade urgente de criação de uma dinâmica de vitória» para as

eleições europeias e legislativas, considerando que «o Governo pode ajudar nesta luta». Por estas razões, apelam aos «órgãos do partido» para que «façam sentir» ao ministro do Equipamento, João Cravinho, e aos restantes membros do Governo «a necessidade de satisfazer uma das maiores aspirações de todos os trofenses».

SETÚBAL

Jantar no dia 16

A Federação do PS/Setúbal vai realizar um jantar de confraternização no próximo dia 16, pelas 20 horas, no pavilhão do Clube Naval Setubalense, no decorrer do qual se fará um balanço da actividade do Governo, no distrito. Este jantar servirá ainda para comemorar a vitória histórica do PS em Setúbal. É que foi a primeira vez que, nas europeias, o PS foi no distrito o partido mais votado. Para o jantar, que servirá ainda de rampa de lançamento para a campanha eleitoral para as legislativas, estão abertas as inscrições (2500 escudos) que podem ser feitas através do telefone (065) 227998.

COLÓQUIO

Direitos Humanos e Cidadania

Hotel D. João III LEIRIA
Sexta-feira, 9 de Julho, 21 horas

Organização
Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Leiria

**Direitos Humanos e Cidadania,
Desenvolvimento e Democracia Paritária**

Abertura
José Miguel Medeiros
Presidente da Federação Distrital de Leiria
Isabel Gonçalves
Coordenadora do Departamento das Mulheres do PS – Leiria

Intervenientes
Lúcia Amaral
Constitucionalista, docente do ensino superior
Vitalino Canas
Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
Natalina Moura
Deputada e vice-presidente do GP/PS

FORÇAS ARMADAS E CIDADANIA



Com as iniciativas legislativas do Governo que se debateram recentemente entra-se numa fase decisiva da profunda reforma da instituição militar desencadeada há já algum tempo. Reforma complexa que, por isso mesmo, exige a procura de um consenso o mais alargado possível, para que se encontrem as soluções que melhor corresponderão ao interesse nacional. Dois objectivos principais deverão nortear esta profunda reforma da instituição militar: o primeiro é, evidentemente, o de criar umas FFAA que melhor correspondam às novas exigências da Defesa Nacional, às realidades internacionais actuais, às ameaças existentes ou potenciais e às missões hoje susceptíveis de lhes serem atribuídas; o segundo, é o de renovar a ligação que deverá existir entre as FFAA e a Nação no interesse da coesão nacional e da estabilidade do regime democrático.

A evolução da instituição militar no decurso da História é indissociável do processo mais amplo de transformação e de modernização da sociedade e do Estado. Passou, assim, por diversas etapas e teve várias características a organização dessa instituição, tanto no que se refere ao corpo de oficiais, como à constituição de forças estáveis e permanentes, assim como ao recrutamento dos homens necessários ao preenchimento das suas fileiras. Neste contexto, o serviço militar obrigatório, entendido como dever Universal - pelo menos para a população masculina -, surgia, em determinada altura, como corolário da progressiva afirmação dos ideais democráticos e também republicanos, como ficaria patente, entre nós, na legislação de 1911. O carácter constrangente e selectivo das obrigações militares, característico de fases precedentes de evolução da sociedade e de organização do Estado, deveria dar lugar, segundo essa concepção democrática e republicana, a um serviço militar entendido como dever de cidadania livremente assumido, porque incidindo sobre todos os mancebos sem distinções de carácter social. O serviço militar obrigatório teria, deste modo, uma função integradora, niveladora e até formadora.

Sabe-se, contudo, que esta visão ideal não correspondeu, ou raramente correspondeu integralmente à realidade dos factos. Só em períodos de guerra o serviço militar se aproximou da universalidade, pois, regra geral, diversos instrumentos permitiam, em tempos de paz, que escapassem ao serviço os mancebos oriundos dos meios sociais urbanos e mais favorecidos. Por outro lado, essa dimensão formadora e integradora se funcionava era de forma insuficiente e frequentemente contraproducente, no que se refere à transmissão dos grandes valores da cidadania. Aliás, o Estado Novo coexistiu, sem problemas nem contradições, com a conscrição.



Chegados, porém, a esta fase em que estamos, optando-se pela profissionalização e definidas, por consequência, outras formas de recrutamento assentes numa relação de tipo contratual, grave seria que predominasse uma visão demasiado instrumental e imediatista do serviço nas fileiras e se perdessem de vista os aspectos de carácter cívico, ou seja, a questão da ligação das FFAA com a Nação e das FFAA enquanto parte integrante da sociedade e da democracia.

Poder-se-á mesmo dizer que as concepções de organização das FFAA, tal qual são delineadas nos diplomas em discussão, exigem, por maioria de razões, um grande esforço de formação e de sensibilização dos jovens para a cidadania e para as grandes questões da Defesa Nacional na sua vertente militar e nas demais vertentes, para que as FFAA não possam vir a tornar-se um corpo estranho ao regime e à sociedade. Tanto mais que estamos a falar, é bom não esquecer, dos jovens de ambos os sexos.

Dito de outro modo, este esforço de formação e de sensibilização não se pode só justificar pela razão pragmática de conseguir uma oferta significativa que garanta o preenchimento dos efectivos e a sua renovação, ou só porque é necessário assegurar mecanismos que permitam o crescimento desses efectivos em caso de crise ou de guerra. Essa formação e sensibilização justificam-se, também e sobretudo, porque não deverá ser pensável que numa sociedade como aquela em que vivemos se faça dos jo-

vens soldados, sem deles fazer cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres, informados e atentos às grandes questões nacionais e internacionais, assumindo conscientemente a sua opção e a sua identidade de portugueses, de europeus e de cidadãos do mundo. Acresce que estas novas bases de relação das FFAA com a sociedade e o Estado, generalizadas a todos os ramos, conduzem a uma redefinição do estatuto das praças contratadas perante a hierarquia e a instituição, mas também, e inevitavelmente, a uma redefinição da condição militar dos oficiais do quadro permanente, nomeadamente no que se refere às restrições ao exercício de alguns dos seus direitos constitucionais, tal qual são regulados pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

O Ministro da Defesa Nacional, em sede de Comissão, já se referiu a várias iniciativas e projectos em curso, em articulação com o Ministério da Educação, no sentido de a escola vir a ter o papel que lhe cabe nestas tarefas de formação e de sensibilização para a Defesa Nacional e para a Cidadania.

Parece-me evidente a importância do papel da escola e fundamental que ela assumas essas tarefas, sendo, por isso, positivo tudo o que se possa empreender no seu âmbito. Interrogo-me, porém, se nesta perspectiva de formação e de sensibilização - em particular tendo em conta a necessidade do período de transição de, pelo menos, quatro anos e as dificuldades previsíveis a enfrentar, inclusive na extensão do serviço militar aos

dois sexos - não se justificaria também, a exemplo do que está a ser feito em França, transformar o recenseamento num primeiro passo activo dessa relação de cidadania entre os jovens as FFAA e a Defesa Nacional, que poderia ser seguido por um segundo passo, ainda elementar e de curta duração, que permitisse aos jovens que o desejassem um primeiro contacto mais sistemático e intenso com as questões militares e de Defesa, graças ao qual se lhes transmitisse os rudimentos de uma instrução, motivando-os para um vínculo mais prolongado.

Aliás, conviria, porventura e ainda, inserir, neste contexto, instrumentos que permitissem captar as disponibilidades dos jovens para, voluntariamente, desempenharem tarefas de interesse público e ao serviço da comunidade que podendo inserir-se no quadro da Defesa Nacional não são especificamente militares, em domínios como, por exemplo, o do ambiente ou o da cultura.

Tanto mais que, neste novo quadro, também se põem, naturalmente, de maneira diferente questões como a da objecção de consciência.

O recrutamento, tal qual está previsto no Artigo 48º, da Proposta de Lei Nº214/VII, parece-me assentar numa concepção demasiado passiva da relação a estabelecer entre o Estado, as FFAA e o jovem cidadão. Mesmo que o realismo nos leve a constatar a importância dos aspectos pecuniários e dos incentivos para captar o número suficiente de jovens necessários ao preenchimento dos efectivos e à constituição de reservas, não se pode nem deve privilegiar esta componente de tipo mercantil, menosprezando valores e referências que devem ser indissociáveis da profissão das armas. Valores e referências para os quais têm de ser sensibilizado o maior número possível de jovens de ambos os sexos, de modo a que a entrada nas FFAA não seja encarada por eles como uma opção de emprego igual a qualquer outra, mas como um serviço, à comunidade e ao País, de grande prestígio, responsabilidade e dignidade.

A escola, insisto, tem evidentemente um papel fundamental a desempenhar. Todavia, é sabido como, por razões que aqui não cabe desenvolver, matérias como a educação cívica ou semelhantes, que têm a ver com a formação pessoal e social dos jovens, mesmo quando previstas nos currículos, acabam por não obter espaço efectivo nos programas nem ser leccionadas. Parece-me, pois, que seria útil e prudente, que esta questão da necessária criação de uma nova ligação entre as FFAA e a Nação, assentasse, simultaneamente, na escola mas também em mecanismos de recenseamento e de recrutamento mais eficazes quanto às tarefas de classificação e de selecção e, sobretudo, quanto à formação e à sensibilização dos jovens para as questões da Defesa e da Cidadania.



AS ESQUERDAS E AS EUROPAS

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu vieram demonstrar que Victor Cunha Rego teve razão mais uma vez.

Os leitores do «DN» certamente estarão lembrados da sua previsão, segundo a qual, no estado actual da União Europeia, a tendência geral seria a de penalizar os partidos no Governo nas sucessivas eleições. Na vaga anterior de sufrágios a nível nacional ganharam os partidos de esquerda porque a direita estava então no Poder.

Agora, com a maioria dos governos nas mãos dos felizes alternantes, aconteceu que a direita democrata-cristã ganhou as eleições para o Parlamento Europeu. Tudo se passou o mais mecanicamente que é possível imaginar em termos políticos.

São também conhecidas as três excepções à regra entrevista por Cunha Rego: a Áustria, a França e Portugal.

Cada um destes países e cada um destes partidos socialistas (curiosamente os três assim chamados) constituíram casos diferentes mas as suas vitórias apontam caminhos para a esquerda na Europa.

Quanto ao resultado, francamente positivo do PS, em Portugal o meu amigo Joel Hasse Ferreira é testemunha que sempre me fixei nos doze deputados a eleger.

Os que sonharam com catorze, ou as sondagens «cientificamente correctas» que apontaram para aquele número, jamais tiveram razão. Mário Soares fez o que era politicamente possível fazer. E creio que as suas possibilidades de se fazer eleger presidente do Parlamento Europeu aumenta-

ram significativamente depois dos resultados gerais a nível europeu.

Divirjo inteiramente da bizarra declaração de António Capucho a esse respeito, posição tanto mais bizarra quanto é o seu único deslize público nos últimos anos...

À primeira vista não me parece relevante que a presidência de Mário Soares comece já ou seja adiada para a segunda metade do mandato.

Ele conquistou de novo um lugar central entre os socialistas europeus e não é homem para abdicar do papel que conquistou a nível internacional com esta eleição e com este resultado.

Desta forma, o PS hierarquizou as suas principais personalidades para o início do século XXI, em conformidade com os lugares alcançados por mérito próprio por cada um deles.

António Guterres primeiro-ministro, Jorge Sampaio Presidente da República, Mário Soares presidente do Parlamento Europeu. Neste momento importa sobretudo entender o papel que Mário Soares pode desempenhar a nível da esquerda europeia, ou até da Internacional Socialista se ela voltar a existir realmente.

Mário Soares tem uma excelente capacidade federadora e as esquerdas europeias do que mais precisam é de quem as saiba reunir dinamicamente.

Sobretudo depois das canhestras prestações dos neófitos da «terceira via», Mário Soares tem uma magnífica oportunidade para se impor, embora eu receie que ele continue a pretender promover mais a leve

ideia europeia do que os pesados valores da esquerda no mundo actual.

Ora, a grande mudança a introduzir no discurso europeu é a da revolta do pensamento de esquerda perante a sua subalternização. Desde Willy Brandt que a esquerda não tem uma personalidade tão bem talhada para o efeito como se apresenta agora Mário Soares.

Essa via federativa das esquerdas europeias não se deve confinar aos partidos da Internacional Socialista, PDS italiano incluído, mas deve envolver também os movimentos libertários que crescem em França, na Itália, e se não de reforçar na Alemanha e até na Grã-Bretanha preocupantemente adormecida.

Joschk Fischer, Daniel Cohn-Bendit e mesmo Emma Bonino representou a emergência dessas novas forças de esquerda na Europa que convém ter em conta.

A pior escolha que Mário Soares poderia fazer para Estrasburgo seria repetir o «bloco central» a nível europeu.

Já nos basta ter um presidente da Comissão como Romano Prodi para quem, segundo declarações ao jornal *Figaro* de 17 de Junho, a «Comissão não deve ser de direita nem de esquerda».

O que se compreendia melhor caso o universitário italiano não pretendesse dar a essa Comissão uma natureza «mais governamental do que administrativa»...

Nalguns espaços europeus, e nalguns órgãos comunitários, deve a esquerda apresentar-se como tal, ou seja, como alternativa a uma União Europeia anexada pelos

grandes interesses particulares e pelos maiores Estados-membros.

É esse o grande desafio que se coloca ao grupo socialista do Parlamento Europeu, nomeadamente aos deputados oriundos dos países candidatos à repetição do erro histórico de dotar a Europa de um *directório* das quatro maiores potências.

Estou convencido que Mário Soares, com tempo e paciência, conseguirá marcar com a sua presença uma viragem na história do grupo parlamentar socialista do Parlamento Europeu.

A União Europeia é a parte mais sólida e segura do continente europeu mas não deixa de ser apenas uma das suas partes.

Nestes próximos anos as políticas da União devem dirigir-se para o reforço da coesão económica e social entre os seus membros (uma tarefa nitidamente à medida da esquerda) e para uma real abertura ao alargamento em relação aos países candidatos (uma tarefa de todos).

As esperanças que os países candidatos depositam nesse alargamento criam responsabilidades acrescidas à União Europeia e à sua capacidade de assimilação.

Quanto à capacidade de assimilação basta atender à fase final das negociações sobre o compromisso no Kosovo: a entrada da Finlândia foi vista como um trunfo da União Europeia quando até há bem pouco tempo seria vista como um triunfo da mediação russa.

É destas maravilhas que a Europa é feital

«Diário de Notícias»

SOARES RESTABELECEU CORRENTE AFECTIVA COM ELEITORES



Os dirigentes do PSD e a generalidade dos analistas pareceram inicialmente mais preocupados em diminuir o chamado «efeito Soares» do que em comparar os resultados do PS português com os dos outros socialistas europeus. Por isso esqueceram a questão essencial: teriam sido possíveis sem a participação de Mário Soares? As excepções foram Miguel Sousa Tavares e o próprio António Guterres. Não foi por acaso que este agradeceu a Mário Soares. Melhor do que ninguém, ele sabia que o PS acabava de alcançar, a contra-ciclo e ao arripio dos seus camaradas europeus, uma vitória histórica. Não só por ter aumentado o número de deputados e conseguido a melhor diferença de sempre em relação ao segundo, mas por passar a ser o primeiro partido socialista europeu em percentagem de votos. A uma grande distância de todos os outros. Teria sido assim sem Soares? Penso que não. Ele restabeleceu a corrente afectiva com o eleitorado e, por tabela, entre este e

Guterres.

Há, por um lado, o «efeito Soares». Mas há, a partir de agora, se o PS tiver juízo, o devastador efeito do «tandem» Soares-Guterres. Como eu disse em Coimbra, o PS não tem culpa de que Soares seja socialista. Nem de que não haja ninguém capaz de competir com ele. Nem do efeito multiplicador da dupla Soares-Guterres. Sem Mário Soares, o PS teria vencido. Mas provavelmente por muito menos. E não teria escapado à tendência geral europeia. Soares inverteu a corrente. E permitiu a Guterres captar e reforçar o seu efeito. No momento em que os socialistas recuavam em quase toda a Europa, como é possível não ter compreendido o significado e o alcance da vitória do PS português?

Perdoem-me um parêntesis: em Souselas, o PS obteve mais votos do que todos os outros partidos somados. Talvez por causa da posição, crítica e responsável, que sobre a co-incineração tomaram os eleitos socialistas de Coimbra.

Restam duas questões: a abstenção, a nova maioria de conservadores no Parlamento Europeu. A ideia de Europa foi a grande derrotada. O projecto europeu ainda não é partilhado pelos povos. Esta Europa tecnocrática está demasiado longe dos cidadãos. É uma abstracção, quase um gambuzino político. Há um défice democrático, um défice parlamentar, um défice de transparência. É preciso reformar as instituições europeias. E é preciso que o PE deixe de ser uma ficção. Só assim será possível diminuir a indiferença e a abstenção. A Europa não pode continuar a ser um bife do mesmo tamanho e uma maçã de plástico igual para todos. Falta coração à Europa. Falta-lhe imaginação e dimensão humana.

Mas também foi derrotada a deriva direita e centrista de vários governos socialistas, principalmente o inglês e o alemão. Foi derrotada a desastrada gestão da guerra do Kosovo e o seguidismo perante os Estados Unidos. Foi sobretudo derrotada a incapacidade de contrapor ao modelo neoliberal uma

política socialista.

A Europa passa por mais democracia e menos tecnocracia. A crise do sistema representativo exige que as instituições democráticas saibam responder às mutações e à complexidade das sociedades modernas, assim como à emergência de novos poderes, nomeadamente o mediático, que destruiu o discurso e transformou a política em espectáculo. É preciso reabilitar a política, o discurso, a ideologia. E é preciso que os socialistas deixem de imitar os conservadores. Caso contrário, o eleitorado escolherá sempre o original. A lição de Soares é, sobretudo, uma lição política. De paixão política, de primado da política, de fidelidade aos valores sem os quais a política não tem sentido.

Finalmente: o PSD procura agora proclamar que Soares vale mais que o PS. Não tem sentido. Guterres já explicou: Soares é do PS. Não se pode subtrair. É preciso somar: Soares e o PS, Soares e Guterres.

«Expresso»

CONVENÇÃO

José Barros Moura

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL A EUROPA E NÓS*



Além de não estar no nosso poder evitá-la ou detê-la, a mundialização ou globalização não pode ser considerada sinónimo de destruição, de desgraça ou de retrocesso humano ou social. Ela entronca na lógica do desenvolvimento anterior das sociedades humanas e representa, aliás, uma oportunidade de modernização, de progresso tecnológico, de desenvolvimento da capacidade de satisfazer necessidades humanas, cujos frutos há que repartir melhor e deles fazer beneficiar a maioria da população mundial, hoje excluída. Para isso, há que superar ou atenuar a contradição entre a concentração extrema do poder económico-financeiro, que está na base da própria globalização, e a democracia de que depende, no fim de contas, a legitimação do sistema. Isto implica uma efectiva redistribuição de rendimentos e de poder – o que exige vontade política de afrontar, controlar e submeter os poderes fácticos.

A actual situação internacional, caracterizada pela hegemonia – económica, financeira, tecnológica, mediática, política, militar, etc. – dos EUA, não facilita aquele objectivo.

A UE, por si própria, pelo facto de existir como organização supranacional regional, exerce uma função de regulação económica e reequilíbrio, e tanto mais quanto for capaz de impulsionar e apoiar organizações congéneres, como o Mercosul. Faltam-lhe, porém, os meios: instituições mais fortes e democráticas, um orçamento ao nível das suas responsabilidades; falta-lhe a *vontade política* não só para defender uma ordem económica internacional menos injusta, mas, desde logo, para defender os seus próprios interesses face aos EUA. Vêmo-lo a cada passo: nas negociações da OMC, na «guerra das bananas», nas negociações agrícolas e sobre a PAC (oleaginosas,

supressão de ajudas sem reciprocidade, etc.), regime da propriedade intelectual, audiovisual, etc., para não falar já da falta de uma política europeia comum de produção de armamentos.

Em contraste revelador com a subalternização face aos EUA, a União Europeia já é capaz de exibir força e intransigência proteccionista perante parceiros mais fracos – apesar de estes a tomarem por paradigma e confiarem na sua ajuda – como ainda agora aconteceu na reunião do com os países da América Latina e das Caraíbas...

De notar que o euro, se houver vontade política e uma adequada representação a nível internacional (FMI, GB, etc.), pode ser um poderoso instrumento de intervenção a favor dos interesses europeus e de uma ordem internacional mais justa.

Mas uma UE governada pelos socialistas e social-democratas pode e deve ser ainda mais actuante e eficaz como factor de reequilíbrio e instrumento de regulação. É preciso romper com a lógica dos governos conservadores e liberais que nos deixaram um colete de forças neo-liberal (como se espelha bem no rigor quase deflacionista do pacto de estabilidade, em contraste com a inipiência do pacto para o emprego). Romper com essa lógica, e não fazê-la nosa como Blair e Schroeder tentaram no seu recente pronunciamento comum a favor do «novo centro» e da «terceira via» que, aliás, lhes valeu uma resposta inequívoca dos eleitores. Se os governos dirigidos por socialistas ou social-democratas não forem capazes de romper com essa lógica neoliberal serão varridos do poder, como aconteceu com os conservadores, por terem frustrado as expectativas dos eleitores. De resto, as recentes eleições europeias registaram, com a excepção clara do nosso país, um recuo da esquerda em benefício de uma direita cada vez mais – o que é

preocupante – afastada das velhas posições pró-europeias e da defesa da economia «social de mercado» que caracterizavam a democracia cristã alemã, por exemplo com Kohl, e cada vez mais próxima do «euroceticismo», direita que se opõe à prática da «coesão económica e social» e inspira, em cada país, o retorno dos egoísmos nacionais que se manifestaram durante toda a negociação da Agenda 2000.

Os governos socialistas e social-democratas podem e devem agir conjugadamente a favor de uma orientação mais solidária e progressista no interior da UE e na cena internacional: uma Estratégia Europeia para o Emprego; uma Europa Social capaz de combater a exclusão social e de garantir os direitos sociais fundamentais; um orçamento apto a garantir a coesão económica e social, a fazer frente aos «choques assimétricos» na zona Euro e a financiar o alargamento; uma política de «assuntos internos» capaz de garantir a segurança dos cidadãos, mas assegurando as liberdades e o combate ao racismo e à xenofobia; uma PESC apta a afirmar uma identidade baseada nos melhores valores da civilização europeia, a defender os interesses comuns e a solidariedade com os povos, nomeadamente dos PVD, e a assumir *paritariamente* uma parceria «transatlântica» com os EUA.

Além disso, não podemos aceitar como válido o dogma segundo o qual os Estados teriam perdido toda a capacidade de regulação económica e social. Tal atitude, onde se manifesta, traduz impotência, é certo, mas quase sempre uma capitulação inaceitável perante as «forças do mercado», e põe em risco a capacidade de fazer frente à destruição das conquistas sociais. É uma mistificação: os Estados, se não abandonarem as pessoas à sua sorte, conservar, apesar da mundialização e da emergência de instituições supranacionais, de-

cisivas capacidades de intervenção e de regulação: as infra-estruturas; a base científica e tecnológica; a educação e a formação; a protecção social, o combate à exclusão e à pobreza; os direitos sociais fundamentais, os direitos e liberdades civis e políticos, o Estado de direito. Não é pouco, e pode marcar a diferença entre a esquerda e a direita!

Se alguma coisa o caso Champalimad pode demonstrar é, precisamente isso: *vontade política* de assegurar o primado do poder político democrático sobre os poderes fácticos da economia e da finança; vontade de não abdicar dos poderes que o Estado continua a ter e cujo exercício reforça, em vez de diminuir, o seu poder negocial no quadro europeu. São essas, creio, as motivações válidas e não um qualquer nacionalismo económico em benefício de outros grupos que só são «nacionais» enquanto não se abrirem por sua vez ao capital estrangeiro.

Se uma tal vontade política não existir no nível nacional, muito menos ela será assumida e «lutada» no plano europeu. Tanto mais que os compromissos europeus servem com frequência de alibi para a capitulação perante os poderes fácticos do capital privado, e para a perda de identidade ideológica. Ora, o Governo da Nova Maioria diferenciou-se claramente, neste plano, das posições de uma social-democracia «domesticada» e manteve as bandeiras da «consciência social» (veja-se o Rendimento Mínimo Garantido) e do socialismo democrático. Não por acaso, na Presidência portuguesa se realizará uma cimeira extraordinária sobre o emprego.

É nesse caminho que haverá que perseverar, aprofundando-o no próximo mandato – desejavelmente, sem a obstrução de uma coligação negativa das oposições!

* Texto destinado à Convenção Nacional da Nova Maioria.

CONVENÇÃO

António Brotas

DESENVOLVER A CAPACIDADE DE CRÍTICA*



OPS mostrou ser capaz de governar em minoria; desta próxima vez poderá vir a governar em maioria; a responsabilidade será muito maior.

Para cumprir (e isso convencer o País), o PS tem de desenvolver dentro de si uma grande capacidade crítica da sua própria actuação.

As críticas são a expressão de opiniões diferentes; mas não significam, ne-

cessariamente, oposição.

As diferenças significam, muitas vezes, alargamento e enriquecimento: que o PS pode receber das suas bases, e não deve desperdiçar; para o que deve estar atento a elas e dar-lhes os meios de se exprimirem.

Os grandes problemas nacionais, como os da Educação, Saúde, Cidadania, Justiça, orientações ideológicas, Economia, papel do Estado português, da Demo-

cracia, em suma, que para nós se relaciona com o evoluir do próprio PS e tem de ser permanentemente inventada, não podem ser resolvidos sem um franco debate.

Sem debates válidos, o PS estiola e o país empobrece.

Uma convenção, como esta, é válida como operação mediática.

Como meio de ouvir as opiniões dos militantes é pouco adequada.

O apoio que lhe pode ser dado parte, pois, do pressuposto de que os dirigentes do PS se vão esforçar por desenvolver formas mais eficazes para ouvir e ter em conta as opiniões dos militantes e apoiantes.

No decurso da Convenção gostaria de ouvir palavras dos responsáveis sobre este assunto.

* Contributo escrito enviado para a Convenção Nacional da Nova Maioria



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Heróis em Abrantes

O agrupamento musical Heróis do Bar apresenta-se, hoje, pelas 21 e 30, na Praça Raimundo Soares.

Animação em Albufeira

Já arrancou o programa de animação da época balnear com espectáculos variados no Largo Engenheiro Duarte Pacheco. Assim, amanhã assista à exibição do Rancho Folclórico de São Miguel do Souto. No sábado, dia 10, será a vez de apreciar a apresentação do grupo de música popular Sopa de Pedra. «Yes Brasil» é o nome do agrupamento dançante brasileiro que actuará no dia 13.

Festival em Cascais

O Museu do Mar – Rei D. Carlos foi o local escolhido para a conferência sobre o poeta Camilo Pessanha, a realizar-se amanhã, pelas 21 e 30. Começa no domingo, dia 11, às 18 e 30, no Auditório Parque de Palmela, o 25º Festival de Música da Costa do Estoril. A abertura oficial do evento será assinalada com um Ciclo de Bandas de Música.

Música em Coimbra

As composições do século XX são o tema do VII Festival Internacional de Música, que se realizará a partir de amanhã e até ao dia 16, reunindo alguns dos mais destacados intérpretes portugueses. O pianista Pedro Burmester, o clarinetista António Saiote e o barítono Jorge Chamini são alguns dos executantes portugueses desta edição, que abre com um concerto de um grupo de destacados músicos noruegueses, composto por Arve Tellefsen (violino), Pierre Homage (violoncelo) e os pianistas Kjell Baekkelund e Anne Kaasa, entre outros. O programa, com uma dezena de concertos, leva os espectadores a passear por várias culturas através dos compositores, desde Portugal a toda a Europa, ao Oriente, à América do Norte e ao hemisfério Sul. Teatro em Fafe Amanhã estreia-se o Teatro Vitrine com a peça «O Morgado de Fafe em Lisboa», de Camilo Castelo Branco. A representação realiza-se, pelas 21 e 30, no Estúdio Fênix. A exposição de fotografia «Foto Arte: A Regra do Jogo» estará patente ao público, até ao dia 17, na Galeria Municipal, de segunda a sexta-feira, entre as 9 horas e as 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30. Aos sábados a mostra poderá ser visitada a partir das 14 horas e até às 17 e 30.

Livro em Faro

Realiza-se, hoje, pelas 22 horas, na Feira do Livro (Praça da Poesia), o lançamento

da obra «Desenvolvimento Local: Santa Bárbara de Nexe» da autoria de Nélson Silveira. As noites quentes do Verão algarvio prometem muita animação com a apresentação do tradicional «Mare Nostrum – Festival de Música dos Povos do Mediterrâneo». O evento integra-se num festival mais amplo – Sete Sóis Sete Luas – e visa divulgar a cultura e a arte dos povos mediterrânicos. Todos os espectáculos decorrerão no Passeio da Doca, com início marcado para a s 21 e 30. Assim, amanhã apresenta-se o Altall (Espanha). No sábado, dia 10, será a vez de Bevano Est (Itália), seguindo-se, no domingo, a actuação de Os Músicos do Nilo (Egipto). Emir Kurtica e os No Smoking (Jugoslávia), Tarkan (Turquia) e Ricardo Tesi estarão no palco da Doca nos dias 12, 13 e 14, respectivamente.

Dança em Guimarães

A Praça de São Tiago será, a partir das 22 horas de hoje, palco para o espectáculo musical a cargo dos Xenos (Macedónia/Austrália) e de Guto Pires (Guiné-Bissau). Amanhã e no sábado será altura de apreciar as actuações dos portugueses Adúfe e Fragmentos, no mesmo local e horário. No Largo da Oliveira, de segunda a quarta-feira, entre as 10 e as 15 horas, participe nos workshops da «Semana da Dança».

Montra rural em Lisboa

Amanhã estreiam-se, nas salas de cinema lisboetas, quatro películas. Trata-se dos filmes «Conto de Outono», de Eric Rohmer; «Asterix & Obelix Contra César», de Claude Zidi; «Ravenous», de Antonia Bird e «Meu Filho, o Fanático», de Udayan Prasad. O Mundo Rural vai transferir-se para a metrópole alfacinha, bem no seio do Parque das Nações, onde poderá ser saboreado o que de melhor é produzido pelos agricultores de todo o País. Trata-se da «Montra do Mundo Rural», um evento que permite aos cidadãos do mundo urbano familiarizar-se com os produtos que enriquecem a agricultura portuguesa. Desde queijos a enchidos tradicionais, passando por azeites, vinhos, mel e frutas, tudo pode ser provado no pavilhão quatro da FIL. Durante a «Montra do Mundo Rural» são apresentados ao público diversos espectáculos culturais, como a actuação de bandas filarmónicas e ranchos folclóricos regionais, e ainda grupos de cantares regionais. O Mundo Rural despede-se de Lisboa com um espectáculo de teatro às 22 e 30 do dia 11 e com a realização de um fogo-de-artifício sobre o Tejo à meia-noite.

Bailado em Portimão

Durante todo o mês a Companhia nacional de Bailado interpretará, no Pavilhão Gimnodesportivo, o bailado «A Bela Adormecida».

Festa na Povoação

A Semana do Chicharro volta a realizar-se na Freguesia da Ribeira Quente a partir deste sábado e até ao dia 17, junto à praia. Esta festa da música e da gastronomia tradicional local conta este ano com duas grandes atracções. A Banda Muito Louco e José Figueiras, bem como os Fúria do Açúcar.

Expo em Valença

Até ao domingo, dia 11, decorre, no recinto da feira, nos Pavilhões Municipais, a «ExpoValença'99». A animação nocturna deste evento começa pelas 21 e 30. Hoje actua a Orquestra Charleton. Para amanhã reservou-se um espectáculo tropical com a Orquestra Costa Rica. No sábado realiza-se o I Festival de Tocadores de Instrumentos Populares e no domingo não perca o encerramento da feira.

Cinema em Vila do Conde

Ao todo serão 130 filmes a participarem no VII Festival Internacional de Curtas Metragens de Vila do Conde, que decorre até ao domingo, dia 11. Os filmes seleccionados, que incluem vários géneros, como o documentário, o cinema de animação e a ficção, tem todos duração igual ou inferior a 40 minutos, foram filmados em 1998 e 1999 e são o resultado de uma selecção entre as 1 237 películas inscritas. O certame compreende duas secções competitivas (uma nacional e outra internacional), uma retrospectiva sobre as curtas-metragens do realizador russo Alexander Sokurov, um ciclo subordinado ao tema «Sexo e transgressões», e o III Mercado da Curta-Metragem.

SUGESTÃO

FESTIVAL MÚSICA DE SINTRA'99

Alguns dos nomes mais prestigiados do mundo musical já passaram pelos 33 festivais de música de Sintra realizados até 1998, no enquadramento único dos mais belos palácios e quintas do concelho. Sintra é, pois, este ano uma vez mais, uma invejável capital cultural, emoldurando da melhor maneira as propostas musicais que leva até aos seus ambientes naturais e arquitectónicos ímpares. Na 34ª edição do Festival de Música de Sintra completar-se-ão, ao todo, 321 concertos organizados, 250 solistas, 54 formações e 46 maestros participantes, muitos deles reincidentes. A decorrer até ao dia 20, o festival de 1999 conta com 17 concertos, merecendo destaque o facto de que, na rubrica «Lugares da Música», verifica-se um alargamento de palcos a Cascais e Estoril. Assim, para além dos palácios de Sintra, o Hotel-Palácio do Estoril e o Parque de Palmela passaram a incluir-se no roteiro dos espaços privilegiados para cenário deste projecto musical. Os amantes da música, da natureza e da arquitectura têm, sem dúvida, no Festival de Música de Sintra, um convite irrecusável.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

*Assim te quero, poesia:
descoberta, canto e profecia.*

*E agora confesso:
O que eu gostava era de ser
uma nau que partiu do seu regresso.*

*Mas nunca serei o que sou:
O vento derruba o mastro
do sonho, cada vez que recomeço.*

*Cada homem precisa do seu chão.
O meu é este areal onde um pinheiro
é um naufrago na solidão
sem mar que lhe embale o sonho derradeiro.*

António Arnaut
In «Miniaturais, outros sinais»



A QUESTÃO DOS MÍNIMOS !

Sou membro do Parlamento português desde 1980. Há 19 anos portanto, com uma pequena interrupção entre 1983 e 1987, por razões de ordem exclusivamente partidária. Sempre tive um enorme orgulho nesta forma de afirmar o meu empenhamento político e social. Sofro com a imputação exagerada de defeitos que é feita ao Parlamento e aos deputados. Considero que, sem a representação indirecta que os parlamentos asseguraram, com dimensão plural, não há verdadeira democracia. Assim sendo, a Assembleia da República, deve representar a pluralidade da sociedade onde emana, mas não tem de reproduzir, pelo menos exageradamente, os seus defeitos. Até porque, se assim fosse (ou assim for) esta dimensão negativa da sociedade estaria mais exposta à devassa pela opinião pública, com inequívocas consequências na fragilização da coe-

são nacional e no prestígio das instituições. Não quero com isto afirmar que devam ser fixados quaisquer "mínimos" (que não decorram do normal jogo democrático) para o acesso a este ministério. Sucede que esta expressão (*a dos mínimos*) foi por mim utilizada, a propósito do comportamento de um senhor deputado do PSD, quando recentemente presidi à Comissão de Inquérito que investigou os alegados favores do governo PS a certos grupos económicos. Reconheço a pressão psicológica e política, a que o comportamento, normalmente incorrecto (no plano da educação), do citado deputado me sujeitou e que esteve na origem dessa (provavelmente) infeliz expressão. Só que o comportamento normal da generalidade dos deputados do principal partido da oposição, durante a legislatura que agora chega ao fim, não foi de forma alguma razoável ou dignificante. Basta recordar a "cena" final desencadeada pelo PSD visando res-

pensabilizar o PS pela não aprovação, da Lei de Bases da Segurança Social. Esta deplorável atitude, - *usar uma inequívoca necessidade de reestruturação da Segurança Social (embora esquecendo que foi o governo PS que impediu a ruptura financeira do sistema) como arma de arremesso político* - acaba por ser um "bom" exemplo daquilo que um Parlamento (e o comportamento dos seus Deputados) não pode ser. Não é aceitável (em nenhuma circunstância) reduzir o debate parlamentar ao nível zero da política. E o que se espera é que o futuro nos traga deputados do PSD mais responsáveis e, sobretudo, com menos cultura de poder e uma mais salutar cultura de oposição. Para isso talvez baste o cumprimento exaustivo das regras de recrutamento definidas pelo PSD, e conhecidas pela comunicação social do último fim de semana, entre as quais a menos importante não é seguramente a da exigência da escolaridade mínima (4ª classe).

«Temos de conseguir que muitos portugueses passem a pagar impostos como sempre deviam ter pago»
Vitor Constâncio
Convenção da Nova Maioria, 3 de Julho

«Como pode haver bem-estar se as pessoas não têm casa? Que interessa dar dispensa nos empregos para os pais irem à escola se a família vive numa barraca? A política justa para a família é a justa política para a habitação»
Daniel Sampaio
Notícias Magazine, 4 de Julho

«O Estado é apontado a dedo como inimigo público número um, mesmo quando é à sombra dele que se refazem, em parte, as velhas oligarquias»
Manuel Azeiteiro
Expresso, 3 de Julho

«O patriotismo de mercado sobrepõe-se ao sentimento nacional»
Idem, ibidem

«A decisão de Sousa Franco é, de certo modo, um acordar. Ou, pelo menos, uma tentativa de afirmar o primado da política sobre a economia e do poder político democrático sobre o poder do dinheiro. Até porque este, como se sabe, não tem pátria»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88. ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz